

Temporalis
SUPLEMENTO

ISBN 85-85610-20-4



9 788585 610203

TEMPORALIS - ANO II - SUPLEMENTO - OUTUBRO DE 2001

Temporalis

Revista da Associação
Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social - ABEPSS



SUPLEMENTO

Ano II - Suplemento - Outubro de 2001

**FÓRUM NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE SERVIÇO
SOCIAL: TEXTOS E DOCUMENTOS**

Esther L. B. L.
10º CBM/Rio (out/2001)
Esther Luiza Lemos Hein
Assistente Social - CRFOPR 21.

Os artigos publicados nesta revista são de inteira
responsabilidade de seus autores

© Copyright 2001 by ABEPSS

Projeto Gráfico e Editorial

GRAFLINE - Artes Gráficas e Editora Ltda.
Av. Mem de Sá, nº 69 - Lapa - RJ
Tel.: 2221-6331 / 2508-7265
E-mail: graflinesite.com.br

Editoração Eletrônica

Luciana Sant'Ana Batista

Revisão:

ABEPSS

Capa

Graflinesite

TEMPORALIS

do latim, significa marcar o tempo

Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Ano. 2, suplemento (out. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflinesite, 2001
108 p.

1. Avaliação Institucional. 2. Formação Profissional. 3. Serviço
Social-Brasil. 4. Política do Ensino Superior.

ISBN: 85-85610-20-4

EDITORIAL

Este volume da Temporalis inaugura uma nova concepção de nossa Revista. De uma periodicidade semestral passamos a idéia de uma publicação seriada. Com isso pretende-se ter a possibilidade de publicar semestralmente a nossa revista em seu formato tradicional, mas também um tipo de suplemento, de conteúdos variados, sempre que houver ocasião para isso.

Desse modo, esse volume apresenta continuidades gráficas em relação a Temporalis, mas um projeto que cria uma personalidade própria ao suplemento.

Nada mais apropriado para o lançamento desse suplemento do que o evento que se encontra aqui documentado. Em agosto passado, em sua sede na Universidade Federal Fluminense, a ABEPSS realizou o Fórum Nacional sobre Avaliação Institucional dos Cursos de Serviço Social com o objetivo de avançarmos na discussão sobre o tema no contexto de implantação de nossas diretrizes curriculares. Pretendíamos trazer à pauta de debates a fala de vários sujeitos que estão diretamente envolvidos na questão. Acolheram nosso convite 38 escolas de todas as regiões do país que durante todo o evento estiveram juntas debatendo essa questão.

Para trazer suas posições convidamos alguns interlocutores que marcam a cena desse debate. O Fórum iniciou-se pela Prof Miriam Limoeiro Cardoso, que vem discutindo há algum tempo essa questão, tendo publicado significativa produção. Ela problematizou o modelo de avaliação proposto para o ensino superior no Brasil a partir de seus fundamentos nas orientações políticas adotadas pelo MEC para o setor.

O Professor Francisco de Assis Palharini apresentou, na qualidade de coordenador do Programa de Avaliação Institucional da UFF - parte integrante do PAIUB -, um histórico detalhado da trajetória da avaliação institucional em suas relações com o MEC. Em seguida, representando o ANDES - Sindicato Nacional, a Prof. Maria das Graças Bollmann abordou aspectos fundamentais da temática através de uma interessante exposição construída a partir do acúmulo e da trajetória do movimento docente.

A segunda parte do fórum concentrou-se na discussão do modelo proposto pelo MEC. O Professor Orlando Pillati, da Diretoria

de Avaliação do Ensino Superior INEP/MEC, apresentou as linhas principais desse modelo. A partir de então a discussão voltou-se para o Serviço Social com a presença da Professora Mariângela Belfiore Wanderley, presidente da Comissão de Especialista na gestão 1998-2000, que acentuou o curso desse debate no Serviço Social e assinalou algumas tarefas que temos a desenvolver. A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO abordou a temática do ponto de vista e do estado atual das discussões no movimento estudantil, questionando o modelo implementado pelo MEC de avaliação institucional. Finalmente a ABEPSS analisa a necessidade de democratização e aprofundamento desse debate e seu entendimento que ele deverá ter sempre como referência no campo do Serviço Social a implantação das diretrizes curriculares.

Esse suplemento da TEMPORALIS apresenta o texto de todas as falas. A única exceção é o ANDES, que logo após a realização do Fórum deflagrou uma greve nacional dos docentes do ensino superior das universidades públicas federais, o que infelizmente, pelo acúmulo das tarefas para sua organização e o prazo exíguo para preparação desse volume, impossibilitou o envio do texto a tempo.

Consciente de suas responsabilidades em relação à formação profissional, como entidade nacional do Serviço Social, a ABEPSS espera que essa publicação possa contribuir na construção coletiva e democrática do processo de avaliação institucional dos cursos de Serviço Social.

Niterói, setembro de 2001
Executiva Nacional da ABEPSS

AValiação DA UNIVERSIDADE: LEGITIMAÇÃO E LÓGICA MERCANTIL

Miriam Limoeiro Cardoso*

A boa razão recomenda que só se passe a cuidar dos procedimentos para operacionalizar uma intervenção qualquer quando já se tenha suficiente clareza sobre o que motiva e o que visa aquela intervenção. Ou seja, convém que o como fazer seja sempre precedido pela reflexão/problematização sobre por que e para que fazer a intervenção tal como é proposta.

Também no caso da avaliação, antes de aplicar-se à sua operacionalização, convém indagar quais as razões que movem a colocação em pauta desse projeto governamental e quais os objetivos principais que cabe supor que se queira alcançar com ele. Para tanto, em primeiro lugar é necessário resistir ao açodamento (bem como às múltiplas e variadas pressões exercidas pelos grandes e pequenos poderes) de discutir e decidir sobre as tantas e às vezes minúsculas questões técnicas e operacionais aí envolvidas, resistindo desse modo, no mesmo movimento, ao tratamento que reduz as discussões sobre a avaliação ao campo estreito das técnicas para a sua quantificação e mensuração comparativa (indicadores, índices, etc.).

Esses encaminhamentos apenas na aparência são neutros. Quando se consegue assumir diante deles o distanciamento necessário à reflexão mais detida e mais aguda, abre-se caminho para entender que se trata de um excesso técnico, o qual traz consigo algumas consequências que merecem atenção, tais como: 1) impregna desde logo toda a análise com um viés que privilegia as quantidades (e não as qualidades) e a produtividade (e não a produção - criativa, inventiva, inovadora); 2) tende a identificar a avaliação como uma questão em si mesma, fechada, portanto, desconsiderando ou deixando fora do âmbito da análise o campo próprio e específico dentro do qual o projeto de avaliação é concebido e transformado em proposta. Este projeto é parte de uma política determinada para a educação superior pública e só desvela seus significados mais expressivos e suas razões menos aparentes quando é colocado dentro da rede de relações que configuram aquela política. Desta, por sua vez, só se consegue apreender os sentidos

* Professora da UFF, professora do LPP/UERJ.

mais profundos e mais específicos quando ela é colocada dentro do projeto mais global de exercício do poder na sociedade num momento determinado, projeto no qual ela é efetivamente parte integrante.

No Brasil, este projeto, desdobrado em política educacional e pontualmente localizado na proposta de avaliação da universidade, está posto desde os últimos anos da ditadura militar, tendo continuidade nos governos José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco e, mantendo a continuidade com estes, mas ganhando em nitidez, em consistência e em radicalidade, se encontra nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso no governo federal.

Neste projeto, identifico a avaliação como portadora de uma carga ideológica forte, que é inseparável dela: a ideologia da escola, da competência e da meritocracia. De acordo com a minha leitura, neste projeto a avaliação é mesmo a atualização destas ideologias, como mais uma forma específica de fazê-las funcionar na prática acadêmica e, por extensão, também ideológica, na prática social. Assim, segundo esta linha de entendimento, a avaliação neste projeto opera como um dispositivo ideológico, cuja função principal é legitimar a política que o concebe e o põe em execução.

1. Sob a forma atual, o capital mundializado submete os Estados nacionais de forma radical aos interesses do capital, contra o trabalho. Para isso o Estado precisa ser forte e eficaz. Ao mesmo tempo, esse capital requer que o Estado seja minimizado no que diz respeito às obrigações anteriormente definidas com as áreas sociais. Assim é que são despedaçadas uma a uma todas as conquistas alcançadas em momentos anteriores pelos trabalhadores, e isso principalmente através das políticas específicas e da ação do Estado, enquanto os sindicatos e qualquer outro tipo de organização do trabalho são sistematicamente desarticulados e reprimidos.

Com a hegemonia do capital financeiro rentista, o capital se movimenta pelo mundo todo e a uma velocidade extraordinária, especialmente enquanto capital especulativo, mas a atividade produtiva também passa a ser concebida em escala mundial, sendo deslocada de país a país e de região a região, tornando assim também mundializada a produção. Como nunca antes, a lógica mercantil é disseminada por todo o tecido social e transforma tudo em mercadoria. O que conhecíamos como

"sociedade" vai sendo profundamente transformado, ganhando novos contornos, novos agentes, novas relações. A cultura-mercadoria torna-se espetáculo e desse modo é esterilizada naquilo que lhe é essencial (que não é mercantilizável): seu potencial crítico criador e contestador.

A produção, a sociedade e o Estado capitalista passam assim por uma ampla reforma, que não poderia deixar à margem o sistema educativo, tendo em vista a sua importância para a reprodução social. Quanto mais esta reforma cria desigualdades, mais ela requer modos e meios para se legitimar.

Quando a própria normalidade da operação de uma forma de organização se faz criando desigualdade, ou seja, quando nesta forma seu funcionamento rotineiro, portanto esperado e previsto como "normal", ocorre por meio das desigualdades que cria, para poder funcionar deste modo uma tal forma organizacional requer mais do que qualquer outra ter à sua disposição meios que a justifiquem e a legitimem.

É bem neste sentido que o sistema escolar como um todo tem atuado sempre nas sociedades capitalistas, voltado antes de tudo para a reprodução social. A necessidade de reforçar esta função tem deslocado o foco da atenção para a esfera do ensino superior, colocando aí em cena e em posição central a avaliação, para cumprir aquela mesma função justificadora de maneira ainda mais abrangente: justificar não apenas pontualmente as desigualdades replicadas com a sua chancela, mas, extensivamente, toda a nova ordem de gestão direta e maciça do capital sobre a universidade, em decorrência de supostas "competências" e "méritos" diferenciais, assim legitimadores da reforma em implantação.

Os que trabalham e estudam na universidade e os que procuram pensá-la de forma crítica têm a responsabilidade intelectual e política de analisar criticamente este processo de reforma (que é objetivo, concreto, embora não seja declarado) pelo qual a universidade está passando no Brasil. Uma tal problematização certamente encontrará a avaliação como uma das propulsoras mais importantes desse processo, sendo ela responsável por grande parte da eficácia prática e simbólica de sua implementação.

2. É tempo de colocar em pauta as ambigüidades

características do caráter público das universidades.¹ Por um lado, o vínculo com o Estado permite a existência de um espaço público não submetido diretamente às forças econômicas e ao mercado. Por outro lado, esse mesmo Estado exerce ou pode exercer pressões sobre as universidades públicas, pressões que muitas vezes são capazes de restringir significativamente o espaço público que lhes garante a autonomia (sempre relativa), que anima sua pesquisa e seu ensino mais críticos e independentes. É a dimensão do espaço público na universidade pública que permite a esta universidade abrigar a reflexão, a crítica, as controvérsias de toda natureza, constituindo-se em lugar propício à cultura, ao debate, à criatividade, à fermentação intelectual e à ampliação dos horizontes.

Na sociedade contemporânea, a universidade pública é o último e talvez o único lugar institucionalizado em que isto *pode* acontecer, enquanto ela se define de fato como um espaço público de discussão face a face, onde o livre confronto das idéias constitui argumentações consistentes, forma convicções bem fundamentadas, desperta dúvidas e a necessidade de novos debates; e como um lugar de liberdade: liberdade de pensamento, de expressão, de cátedra, de pesquisa, de associação. Um espaço assim público e livre é condição de cidadania e de desenvolvimento da inteligência, do pensamento, da crítica e da cultura.

Mesmo enquanto espaço público e de liberdade, mesmo como lugar de produção e de comunicação de saberes, a universidade pública, ainda assim, é sempre também lugar de poder e de reprodução da ordem por meio da ideologia, do controle e da disciplina. A universidade é lugar de poder, de controle e de disciplina, os quais são exercidos em todos os níveis da organização da vida na universidade, entre os segmentos que formam a "comunidade" universitária e no interior de cada um deles, sob as hierarquias administrativas e profissionais, as comissões e os colegiados que admitem e excluem, que contratam, nomeiam e demitem.²

Sua eficácia para a reprodução social, e assim para a manutenção da ordem vigente, é tanto maior quanto mais ela se exerce e se apresenta no campo próprio da ideologia. Nem sempre,

porém, é por essa via ideológica que se dão os embates na universidade e contra a universidade. Tem sido sempre decisiva a participação de membros da academia na formulação de políticas e de ações, mesmo as mais violentas, contra a universidade. É equivocado atribuir as ameaças à vida e à produção livres na universidade somente a agentes externos a ela (governos, empresas, entidades políticas), porque parte muito importante destes agentes está dentro da própria comunidade universitária.³

Um espaço público e livre é algo de importância maior numa sociedade. Algumas vezes só nos damos conta disso quando o perdemos, quando ele se mostra pelo avesso, ao ser extinto ou conspurcado. Nós tivemos aqui essa experiência, ostensiva e explicitamente assumida há pouco mais de trinta anos pela ditadura militar e cujas marcas ainda estão vivas na nossa universidade.

3. Está em curso entre nós uma reforma da universidade que é parte da grande reorganização da vida social sob a mundialização do capital. É significativo que ela esteja sendo implementada a partir do Banco Mundial e não de alguma agência internacional de educação ou de cultura. Seus formuladores são pesquisadores-funcionários do Banco Mundial. Todo um aparato organizacional e financeiro vem sendo mobilizado para viabilizar políticas de educação superior compatíveis com aquela reorganização. Numerosos projetos se encontram atualmente em desenvolvimento no Banco Mundial para consolidar tais políticas junto a governos, sendo implementados pelos próprios governos ou por instituições e universidades. Esta política vem sendo adotada em muitos países nos últimos anos.

Esta reforma universitária visa a formação de um *mercado* da educação superior, redefinindo a relação entre o poder público e a universidade e constituindo o que tem sido chamado de Estado avaliador.

A avaliação institucional proposta no Brasil pelo Governo Federal é estratégica para este projeto: ela é ao mesmo tempo seu modo de funcionamento (implantando intensiva e extensivamente a lógica do capital mercantil) e seu modo de legitimação (configurando a avaliação como meritocracia). Ao legitimar todo o processo por meio da ideologia da competência, funciona como

¹ Ver, por exemplo, a argumentação que Bourdieu apresenta em BOURDIEU, Pierre, *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA, 1997, esp. pp. 46 e sgs.

² Cf. TRAGTEMBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. 2ª. edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990; e também BOURDIEU, Pierre, *op. cit.*

³ Lembro, a propósito, o importante texto de Florestan Fernandes "Luta em surdina", in FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

alavanca para colocá-lo em execução e conseguir adesão a ele.

O projeto se propõe a produzir uma diferenciação radical no interior do sistema de educação superior, reorganizando-o sob forma fortemente hierarquizada. Para alguns "centros de excelência" se reserva a condição de "universidades de pesquisa", onde se deve produzir conhecimento científico. Nelas se concentrará o aporte financeiro do poder público, embora elas também devam tratar de integrar-se com o capital privado, não apenas para buscar recursos adicionais, como para atender às demandas de saber técnico-científico por/para este capital.

Encolhido desta forma, a maior parte do atual sistema universitário público deverá ser transformada em instituições exclusivamente de ensino, sem pesquisa. A exclusão da pesquisa, bem como a separação entre ensino e pesquisa, é aí proposital e cumpre importante papel político. Serão escolões, destinados a oferecer ensino "de massa" e - quer sejam públicos ou privados - deverão seguir os padrões das instituições privadas de ensino de caráter tipicamente mercantil: estudantes pagando taxas e anuidades escolares, professores que só dão aula (muitas aulas), cada turma com o máximo número de alunos, cada professor com o máximo número de turmas, cursos de pouca procura sendo desativados e adotando forte preocupação com o controle e a disciplina.

Submetendo os modos de operação e de gestão das universidades, do ensino e da pesquisa à lógica mercantil, não mais se reconhece a educação como um direito de cidadania, mas como um mercado, em que se transaciona a mercadoria conhecimento e a mercadoria ensino. Sendo assim, o trabalho na universidade deve ser regido por critérios de mercado, como rentabilidade, produtividade, avaliação de qualidade, etc...

4. A avaliação institucional que articula esta reforma traz a marca da burocracia. É burocrática e tende a criar burocracias.

As burocracias procuram legitimar-se porque cumpririam a tarefa de "organizar", organização que seria racional (no sentido de adequação dos meios aos fins) e que promoveria a eficiência e o aumento da produtividade. Na verdade, porém, a burocracia se organiza enquanto estrutura de controle.

Por definição, burocracia é atividade-meio, mas as organizações altamente burocratizadas tendem a transformar os meios de controle em fins e a deixar esquecidos os fins.

Burocracia significa hierarquia e poder e o exercício burocrático, enquanto controle, hierarquização e distribuição desigualmente poder.

"A burocracia escolar controla o professor através da nomeação e dos mecanismos de carreira e o aluno através do sistema de exames e notas."⁴ Creio ser correto afirmar que a super-burocracia avaliativa que vem sendo constituída e posta em funcionamento no Brasil hoje pretende controlar a universidade através da permissão ou da interdição formal e prática de que nela se faça pesquisa e se produza conhecimento; pretende controlar o professor através da permissão ou da interdição de que ele seja também pesquisador e através do regime de trabalho, dos mecanismos de carreira e das diferenciações de remuneração resultantes da avaliação; e pretende controlar o estudante através da permissão ou da interdição de que ele seja formado em contacto direto e em interação com o conhecimento sendo produzido pela pesquisa universitária e através do sistema de exames nacionais ("provões"). A relação de poder presente neste sistema faz lembrar o que já se chamou de "batismo burocrático do saber"⁵.

Esta avaliação institucional é peça-chave da política educacional patrocinada atualmente no Brasil pelo MEC, *política de mercantilização da universidade pública*, seu ensino e sua pesquisa. Não visa fortalecer ou aperfeiçoar a qualidade da produção de conhecimento na universidade brasileira. Seu norte efetivo é a legitimação ideológica da política que a institui e seu objetivo maior é a submissão também na universidade ao capital privado, que passará deste modo a deter o controle da universidade, da produção do conhecimento que nela se faça e dos produtores deste conhecimento.

Pretende criar hierarquias universitárias e mesmo hierarquias científicas a partir da burocracia e tenta definir, a partir do poder burocrático, os rumos e os tempos da pesquisa científica que se realize na universidade brasileira.

5. Quando a mercantilização invade todo o espaço da universidade, transformando também aí tudo em mercadoria, o que se produz é o amesquinhamento do horizonte cultural e da

⁴ TRAGTEMBERG, Maurício, *op. cit.*, p.148.

⁵ *Id.*, *ibid.*, p.13; também in AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação institucional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 30, nota 24, citando MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa: Presença, s/d, p. 79.

expressão do conhecimento, com a exclusão do que de mais elevado o espírito humano produziu – na filosofia, na arte, na ciência.

A inteligência, a sensibilidade, o espírito crítico, que se alimentam desses saberes e dessas práticas, bem como todos os valores não-mercantis, são relegados, marginalizados, excluídos. Só se dá valor ao que cria valor e produz mercadoria.

A produção de uma política articulada a todo um projeto de legitimação, porém, permite a seguinte reflexão: quando se apela para mecanismos de legitimação, é porque de algum modo se precisa de adesão. Pois resistamos. Recusemos a nossa adesão ideológica. E coloquemos no centro mesmo da nossa luta de resistência a defesa da liberdade e do caráter público da nossa universidade pública.

Na conjuntura em que a avaliação de caráter reprodutivista e mercantil vem se instalando em todo o sistema de ensino superior público do país – a qual, é preciso notar, tem contado com o apoio *decisivo* de colegas nossos na universidade –, penso que é necessário e urgente defender mais que sempre uma universidade pública de qualidade, tendo clareza, porém, que a qualidade a defender tem outro caráter, não decorre da lógica mercantil. A qualidade a defender para a universidade pública é aquela que faz com que a universidade seja de fato um espaço de reflexão livre e crítica, de criatividade, descoberta e invenção, de discussão aberta de idéias, de convívio respeitoso com as diferenças (todas), de pesquisa e produção científica, filosófica, artística e tecnológica teoricamente relevantes e socialmente significativas.

É claro que, se defendemos (e alguns de nós têm até participado das lutas concretas que os docentes e pesquisadores têm travado para tornar efetiva esta defesa) uma universidade pública com esta qualidade, torna-se imperativo conseguir estabelecer critérios que a definam deste modo e não de qualquer outro, configurar padrões, referidos a estes critérios, para balizar o trabalho universitário e pautar efetivamente por estes critérios e estes padrões, de forma conseqüente, a nossa produção e o nosso exercício profissional na universidade.

Tenhamos clareza, porém, que alcançar esta qualidade para a universidade não é, nem pode ser, apenas nem primeiramente uma questão de desejo ou um patamar meramente subjetivo, ou cairemos irremediavelmente num idealismo vazio e tolo, descolado da realidade objetiva. A qualidade da universidade não se alcança

sem dispor de condições concretas efetivas. No caso da universidade pública, tais condições dependem diretamente – embora não única e exclusivamente – das políticas públicas oficiais. Como conseqüência, a busca da qualidade definida pelo caráter público e livre da atividade universitária tem necessariamente que passar pela busca das condições objetivas indispensáveis para que o funcionamento da universidade possa de fato alcançar aquela qualidade.

RETROSPECTIVA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O PAIUB EM QUESTÃO

Francisco de Assis Palharini*

Neste texto, nosso objetivo é contribuir para discussão a respeito das perspectivas para a avaliação institucional em nosso país, tomando como referência o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - e as propostas que dele se derivou no âmbito do seu Comitê Assessor. Para isso procederemos a uma breve revisão da história deste Programa, na sua forma original, (PAIUB, 1993) e dos procedimentos que o caracterizaram. Consideramos, ainda, as avaliações realizadas nos Encontros Regionais do Programa realizados em 1999, as recomendações feitas e os desdobramentos deste processo no âmbito do Comitê Assessor e do MEC, que culminaram na emergência efêmera do PAIUB 2000. Na esteira desta incursão histórica apresentamos uma das propostas de construção de critérios para avaliação externa, para fins de recredenciamento das instituições universitárias, estabelecidas através do documento intitulado “Parâmetros para Avaliação Externa das Universidades Brasileiras” (Palharini, 2000), cujo desfecho final foi também interrompido por conta da dissolução do Comitê Assessor do PAIUB, ao serem transferidas as atividades de avaliação institucional para o INEP.

A iniciativa das universidades brasileiras ao propor autonomamente o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, no ano de 1993, constitui, sem dúvida, um marco relevante na história destas instituições em nosso país. Aceito pela quase totalidade das instituições ele disseminou experiências de avaliação e reduziu resistências existentes na comunidade universitária. No entanto, após cinco anos de sua existência, alguns estudos (Trigueiro, 1998; Palharini, 1999), bem como, balanços realizados nos Encontros Regionais no ano de 1999 indicaram a necessidade de revisão do Programa, respeitando-se os princípios sobre os quais foi concebido (PAIUB, 1993:4,5), a fim de atingir os objetivos a que se propõe.

* Professor do Departamento de Psicologia da UFF. Coordenador da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF - CPAIUFF. E-mail: palharini@nitnet.com.br

O PAIUB, criado em 1993, é, atualmente coordenado pela SESu/MEC, destinado a estimular e fomentar um processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. Originalmente proposto pela ANDIFES, ele constituiu-se numa atitude antecipatória ao Estado (Leite e Bordas, 1994; Leite, 1997), por parte das universidades brasileiras, no campo da avaliação, ao propor a implementação de um projeto próprio de avaliação institucional. O contexto político no qual emergiu, em 1993, está ancorado no relatório do Banco Mundial apresentado ao governo brasileiro em fevereiro de 1991. Entre as principais recomendações deste relatório, destacava-se a proposição de que o Conselho Federal de Educação deveria tornar-se uma agência de efetivo controle do crescimento do ensino superior, assumindo novas tarefas, inclusive a de alocação de recursos para as IFES e a elaboração de normas visando aumentar a efetividade e a responsabilidade destas instituições.

Assim, com a substituição do Ministro Carlos Chiarelli (03/90 a 08/91), no governo Collor, por José Goldemberg (08/91 a 08/92), e a acolhida, por parte do Governo Federal, de seu respectivo projeto de autonomia, a avaliação, ao qual estava associada, assume um significado preocupante para a comunidade universitária. Isto porque o então ministro, quando reitor da USP, decidiu publicar na grande imprensa uma lista de professores improdutivos da USP. Esta lista, além dos inúmeros erros nela contidos, caracterizava-se por desconhecer a dinâmica da produção universitária nas suas mais diferentes áreas. Com o *impeachment* do Presidente Collor (1992), assume a gestão do MEC o professor Murilo Hingel (10/92 a 01/95), o qual por suas posições pró-universidade pública, provoca um certo relaxamento nas relações entre este órgão e a comunidade universitária. Neste período (1993-1994) as discussões sobre a autonomia universitária deixam de ser diretriz para a questão da avaliação.

Este período também pode ser caracterizado pelo fato de a candidatura do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, a ocorrer no final de 1994, colocar-se como uma alternativa concreta na disputa eleitoral a ser travada. Assim como pelo fato de nas universidades haver um número expressivo de reitores eleitos diretamente pelos segmentos que as compõe. Foi, portanto, nesta conjuntura política e institucional que a ANDIFES reconheceu, em 1993, o momento histórico de deflagração da avaliação das IFES, num patamar de participação e autonomia.

Conjugando e coordenando esforços, interesses e demandas dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e de Planejamento, o texto elaborado pela Comissão de Avaliação da ANDIFES, entre julho e outubro de 1993, aprovado por unanimidade pelos dirigentes das IFES é enviado às instituições para discussão e aperfeiçoamentos. Ele vem a tornar-se, na sua forma final, o projeto de referência para a avaliação institucional das universidades federais (ANDIFES, 1993), com ênfase na graduação.

Este projeto é, então, apresentado aos diferentes segmentos do ensino superior brasileiro e ao MEC, a partir do que é constituída a Comissão Nacional de Avaliação. Nela estavam representados a SESu/MEC, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais, a Associação Nacional de Universidades Particulares, a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, o Fórum dos Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Planejamento, além de uma equipe assessora.

Cabe destacar que, neste período, o MEC contava entre seus dirigentes com quadros oriundos do movimento docente, o que em muito contribuiu para sua assimilação. Assim, em dezembro de 1993, o PAIUB é instituído oficialmente, através de um documento publicado pela Coordenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional, da SESU. O MEC passa, pela relação de confiança que se estabeleceu, a exercer o papel de articulador, de viabilizador e, por fim, de financiador do Programa. No mesmo mês em que o PAIUB é instituído oficialmente, um primeiro edital é publicado e encaminhado às universidades convidando-as a participarem do programa, através de projetos a serem financiados pela SESu, e ao qual um grande número de instituições respondeu. O programa aprovado se caracterizava por possuir dotação financeira própria e livre adesão das universidades, através da apresentação de projetos e princípios de avaliação coerentes com a posição emancipatória e participativa.

Sua estrutura central preconizava três fases consideradas fundamentais: a avaliação interna ou auto-avaliação da universidade por seus segmentos constitutivos; a externa, por especialistas das áreas de conhecimento e/ou representantes da comunidade externa; e a reavaliação, que reunia e discutia os resultados das fases

anteriores, estabelecendo ações para a melhoria da qualidade dos cursos e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico; com duração média de dois anos.

No documento que o instituiu oficialmente, era reconhecida a especificidade e o caráter histórico da instituição Universidade, como *"instituição que produz e dissemina o saber voltado para a busca das verdades científicas"*, e ressaltavam-se suas funções sociais, isto é, *"que o saber produzido e disseminado, também se dirige a atender às necessidades básicas da sociedade"*. Em função desta concepção, propôs a avaliação como um contraponto da proposta institucional desenvolvida pela instituição, visando a atender uma tríplice exigência da universidade contemporânea: a) *o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica*; b) *a melhoria do planejamento e da gestão universitária*; c) *a prestação de contas à sociedade que as mantém* (ANDIFES, 1993:4).

O PAIUB partia do pressuposto de que o sentido da avaliação está direcionado pelo contraponto entre o pretendido e o realizado pela instituição universitária. Assim, a avaliação, segundo seus proponentes, significaria: *"acompanhar metodicamente as ações a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas"*. Ele buscava ultrapassar os modelos que se orientam por diretrizes técnicas e padronizadas, que expressam mais uma preocupação com as funções práticas da universidade.

A avaliação proposta é institucional na medida em que, tanto de um modo global como de um modo específico, procura levar em consideração, na universidade, os diversos aspectos indissociáveis das suas múltiplas atividades-fim e das atividades-meio, necessárias à sua realização. Considera cada uma das dimensões – ensino, produção acadêmica, extensão e gestão – em suas interações, interfaces e interdisciplinaridades. Conseqüentemente, busca proceder a uma análise simultânea do conjunto de dimensões relevantes ou hierarquizar cronologicamente o tratamento de cada uma delas, a partir de prioridades definidas no âmbito da instituição e dos recursos disponíveis (PAIUB, 1993:5,6).

Os proponentes do Programa reconheciam a complexidade de se empreender a avaliação nos termos em que se propunha, tanto no que se referia ao tempo exigido, ao volume de esforços para levá-la a cabo, bem como, em função da necessidade de ser desenvolvida uma metodologia global. Assim, ele caracterizava-se pela ênfase na área do ensino de graduação. A adoção deste ponto de partida

decorria da possibilidade de uma maior abrangência do universo institucional, tendo em vista seus respectivos desdobramentos, tanto interna quanto externamente. O pressuposto que subjaz a esta ênfase é que a identificação e resolução de problemas na área do ensino de graduação produziria impacto imediato nas instituições e, por conseqüência, na sociedade. Além disso, considerava que tal ênfase estimularia ações que atendessem à necessidade de constituir uma cultura institucional participativa da avaliação. Para isso, no seu Primeiro Ciclo Avaliativo, relacionado à graduação, previa, segundo Leite (1994), um tempo de aproximadamente dois anos.

No entanto, verificou-se, seja pelos estudos realizados, seja pelos depoimentos em Encontros Regionais, que o PAIUB permanecia concentrado na área da graduação, mais especificamente na avaliação de disciplinas e do desempenho docente. Apresentava-se, também, com uma forte tendência para um padrão de configuração quantitativo e padronizado, o que se evidenciou pelos inúmeros relatórios contendo apenas expressões numéricas dos indicadores previstos e resultados brutos do instrumental aplicado. A ausência de diagnósticos explícitos sobre a realidade investigada, além do não estabelecimento de relações entre as dimensões avaliadas revelou-se como outra importante característica.

Observou-se, também, que muito embora as Comissões de Avaliação locais tenham realizado um esforço considerável desenvolvendo atividades de sensibilização, estas não foram suficientes para que se estabelecesse uma relação de confiança, especialmente por parte dos docentes, com o PAIUB. Os docentes, ao que tudo indica, temiam o que poderia ser feito com os resultados, além de não acreditar em que algo fosse mudar em função da avaliação. Essa atitude de desconfiança acentuava-se diante da escassez de recursos para sanar as graves deficiências de infraestrutura com que as universidades se defrontavam. Ressaltou-se, também, o fato de que tanto as Reitorias quanto os Conselhos superiores não se comprometeram diretamente com a avaliação conduzida, tanto no que se refere às suas conseqüências, como com relação ao suporte necessário para as comissões.

No que tange às mudanças relativas ao cotidiano das tarefas acadêmicas, as repercussões do processo de avaliação concentrou-se na dimensão da graduação e estavam orientadas para os processos de revisão curricular. No entanto, estas repercussões não

necessariamente podem ser atribuídas ao PAIUB, uma vez que elas foram induzidas pelas políticas emanadas do MEC para a graduação, tanto pelas comissões de especialistas, quanto por recomendações da LDB.

Não se evidenciaram indicações de que as atividades realizadas contribuíram, de modo mais consistente, para *"repensar os objetivos da Universidade... na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere"*. Até porque, as avaliações realizadas não dispunham de uma referência institucional que possibilitasse este repensar. A ausência de uma concepção de Universidade, de uma concepção de qualidade a ser atribuída ao trabalho realizado é marca desse processo. Se não definiam o que pretendiam, então, também, não tinham um padrão de referência para atribuir valor àquilo que realizam.

Para explicar esse caráter limitado na evolução do Programa, temos também de considerar o fato de as universidades terem gasto um tempo considerável estruturando, coletando e sistematizando informações, além da ausência de uma direção para o processo avaliativo ou de uma metodologia mais explícita de análise. Isto porque o Programa na sua formulação original estava mais calcado em princípios e etapas de realização. Esta configuração não possibilitou uma compreensão mais clara de seus objetivos e possibilidades. Era necessário avançar além dos princípios e das etapas que caracterizavam o PAIUB. Aos princípios e etapas que o caracterizavam era necessário agregar uma metodologia mais estruturada, além de outras providências visando a garantir o caráter institucional do processo.

Nos últimos Encontros Regionais realizados, questões relativas as dificuldades para a sua implementação foram objeto de discussões e análises. Em decorrência, foi indicada a necessidade de ser aperfeiçoada a estrutura metodológica do Programa, de modo a possibilitar uma direção para o processo avaliativo e a integração dos dados institucionais, além de uma melhor articulação com os atuais instrumentos oficiais de avaliação. Destacaram-se questões relativas ao conceito de qualidade, a necessidade de referenciais institucionais, a integração dos resultados das diferentes avaliações, como a do ensino, pesquisa, extensão e gestão, a consolidação da avaliação do ensino de graduação, a integração entre a atividade de avaliação e o planejamento institucional, definições de prazos e

a estruturação dos bancos de dados institucionais.

A partir, então, das recomendações dos Encontros Regionais e dos estudos realizados por outros pesquisadores, o Comitê Assessor do PAIUB, no segundo semestre de 1999, realizou inúmeras reuniões a fim de buscar a revisão do Programa. Várias alternativas e propostas foram apresentadas e examinadas. Algumas de caráter puramente quantitativo, outras apontando para o fortalecimento do Programa a partir de uma estruturação mais clara da integração dos dados e de consolidação dos instrumentos institucionais de gestão acadêmica e administrativa. O objetivo era superar as dificuldades detectadas e garantir-lhe maior efetividade no contexto da avaliação institucional em nosso país.

Vários grupos de trabalho, no âmbito deste Comitê foram organizados. Para isso, tomou-se como referência o pressuposto de que o objetivo da Avaliação deve provir primeiramente de dentro da instituição, isto é, de uma vontade de melhorar e de buscar um elevado padrão de qualidade. O que interessa à instituição é estar bem em si mesma e não o aspecto competitivo. Com este enfoque não interessa simplesmente cumprir mínimos para receber uma aprovação externa, mas sim buscar máximos.

A partir desta perspectiva, o Comitê Assessor aprovou a proposta do PAIUB 2000, bem como a Matriz Geral de Avaliação que a compõem, para ser discutida em Encontros Regionais. Ela atendia às orientações e características principais que originaram o Programa, assim como ressalta o respeito à identidade institucional, através da adoção do Projeto Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Institucional como referências fundamentais do processo avaliativo.

A proposta aprovada propunha-se, coerentemente com os princípios que originaram o Programa, a ser uma avaliação fundada na Globalidade, ou caráter institucional do processo, buscando considerar a plenitude das relações internas e externas da universidade; na Legitimidade, ou reconhecimento da pertinência do processo pela comunidade; na Participação de todos os segmentos da universidade; na Comparabilidade, através de uma sistemática que permitisse comparar e relacionar dimensões objetivas e subjetivas da instituição; na Adesão voluntária das unidades; na Continuidade do processo avaliativo e na Não punição ou Premiação dos resultados.

Adotou-se, ainda, como premissa fundamental, a concepção de que a identidade ético-política da Universidade expressa-se, particularmente, na formação de seus alunos e naquilo que ela prioriza, através de um conjunto de valores e de atitudes que posicionam a comunidade acadêmica, como um todo, no contexto da sociedade em que está inserida. Nesta perspectiva a avaliação institucional implica em pensar a instituição como uma unidade que se constrói no inter-relacionamento de suas ações.

Conseqüentemente, a concepção de qualidade que norteou a proposta referia-se ao atributo que se manifesta em todas as faces dos inter-relacionamentos institucionais, bem como, nos resultados efetivos que eles produzem, quando referenciados nos seus respectivos objetivos éticos, sócio-políticos e pedagógicos. Ressaltava-se, assim, o caráter multidimensional do conceito de qualidade e que quantidade e qualidade são categorias indissociáveis, uma vez que não poder existir uma sem a outra. Assim, tornava-se necessário explicitar o projeto institucional que expressasse a razão de ser da instituição, a fim de avaliar o cumprimento das diferentes funções sociais da Universidade. Para isso, toma como referencial para o processo avaliativo o Projeto Pedagógico da instituição e seu correspondente Plano de Desenvolvimento Institucional e, no âmbito setorial, os *Projetos Pedagógicos de Curso* e os *Projetos Acadêmicos Departamentais* ou de *Unidade*.

Sua estrutura pressupõe a realização de um diagnóstico amplo, que produza, por sua vez, subsídios para a formulação de um projeto de transformação da realidade institucional. Trata-se de tomar como ponto de partida aquilo que está sendo feito e o que se pretende fazer ou ser, considerando os recursos de que se dispõe ou necessita. Busca-se um processo que identifique os elementos institucionais e sociais que dificultam ou facilitam o desenvolvimento pleno das atividades acadêmicas da IES.

A concepção de avaliação assumida no **PAIUB 2000** compreende que tanto os referenciais fundamentais quanto as diferentes dimensões institucionais devem ser objeto de análise e avaliação. Estas, no entanto, deveriam ser processadas a partir de quatro eixos: compromissos da Universidade com a sociedade, com a produção do conhecimento, condições institucionais em que tais relações estejam sendo processadas e estratégias de ação para sua superação.

O processamento da avaliação considera tanto os elementos

quantitativos (marcadores, indicadores ou os critérios de mérito) que caracterizam aquelas relações, quanto os de ordem qualitativa (relevância e/ou pertinência). Conseqüentemente, os juízos ou valores a serem atribuídos às referidas relações considerarão estas variáveis - qualitativas e quantitativas - como inseparáveis. No que tange aos elementos quantitativos, estava se referindo a valores que expressam sua grandeza em séries históricas, passíveis de comparação e acompanhamento, ou, a existência de evidências concretas a respeito do avaliado. Já no que se refere aos elementos qualitativos, estaria-se considerando as contribuições e/ou o significado para o contexto social em que se insere e para a produção do conhecimento.

Considerando a plenitude das relações internas e externas da IES e a fim de facilitar o esforço analítico na tarefa de empreender a avaliação institucional, é que se adotou os eixos "*relações com a sociedade*" e "*relações com a produção do conhecimento*". Admitia-se, no entanto, que as reflexões a respeito fossem operadas de forma indissociável.

Por *Relações com a Sociedade* o PAIUB 2000 refere-se ao significado das ações da IES em relação ao contexto no qual está inserida, seja ele local, regional ou nacional. Por **Produção do Conhecimento** refere-se ao significado da produção intelectual, científica, artística e cultural, de modo a fazer avançar a construção do conhecimento e a transformação da sociedade.

Através do eixo denominado *Relações Institucionais*, seriam analisados os aspectos e elementos do cotidiano institucional, questões relativas à estrutura e funcionamento da IES, que facilitam, dificultam e/ou impedem o desenvolvimento harmonioso de melhores relações entre a instituição e a sociedade e com a produção do conhecimento.

Por fim, tratava-se de estabelecer um padrão mais elevado de qualidade para a realidade encontrada. Quer-se dizer com isso que o processo de avaliação só poderia ser conseqüente se apontasse para a consolidação de uma situação tida como desejável ou para sua respectiva superação. Neste eixo prospectivo, **Estratégias de Ação**, buscava-se orientar a avaliação dos diferentes fatores para a ação de superação da situação encontrada ou as formas pelas quais a instituição propõe-se a consolidá-la, tanto para sua ação educativa, científica ou social. Tais estratégias seriam consideradas como referenciais em futuros processos avaliativos.

Quanto a sua realização, da avaliação institucional, ela será composta pelas etapas de avaliação interna ou auto-avaliação, avaliação externa e reavaliação (no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão), bem como, pela revisão do Projeto Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional, sempre que necessário. Estas etapas sendo desenvolvidas atendendo à Matriz Geral de Avaliação, orientadora do processo, estruturada a partir de quinze fatores que caracterizam a instituição, de modo a garantir condições para comparabilidade e acompanhamento da evolução institucional ao longo de um determinado tempo.

O processo de avaliação deveria ser desenvolvido obedecendo à metodologia comum a todas as áreas. No entanto, poderiam ser feitas propostas de novas variáveis e indicadores que correspondam à realidade específica. Os procedimentos e os instrumentos de avaliação respeitam a diversidade e as especificidades das instituições, mas seus resultados deverão ser sistematizados segundo os padrões estabelecidos, de forma a garantir um mínimo de comparabilidade.

A ação de revisão do PAIUB, pelo Comitê Assessor, descrita acima, foi uma forma de contrapor-se a outras iniciativas de avaliação que se desenhavam e se desenhavam no cenário das políticas de ensino superior. Ele, porém, não foi ainda discutido com as universidades nos termos que o Comitê Assessor recomendava, através dos Encontros Regionais do PAIUB. Considera-se, no âmbito do Ministério, que ações externas de avaliação devem ser encaminhadas inclusive como forma de revitalizar o Programa.

Em decorrência, por iniciativa do MEC, foram realizadas várias reuniões a fim de analisar propostas de avaliação externa. Destas discussões realizadas por comissões compostas pela SESu, resultou o desenho de um novo processo que tomava como referência a proposta do PAIUB 2000. Este processo está consolidado, até o momento, no documento intitulado "Anteprojeto: Parâmetros para Avaliação Externa das Universidades Brasileiras".

Os Parâmetros contidos no instrumento que compõem este anteprojeto configuram uma proposta de referência para os procedimentos de avaliação institucional externa das IES. Eles têm por objetivo definir critérios e indicadores de qualidade para o funcionamento das instituições universitárias. Tais parâmetros estariam sujeitos a revisões periódicas, para aprimoramentos e,

também, para atender a modificações na legislação relativa ao ensino superior em nosso país.

A presente versão leva em consideração a legislação específica, em vigor, relacionada a avaliação e aquela relativa ao ensino superior de modo geral. Considera, ainda, e, de forma especial, os procedimentos de avaliação encaminhados através da diversidade de experiências do PAIUB, bem como seus principais indicadores institucionais, além de outros extraídos dos procedimentos das Condições de Oferta da graduação.

A proposta básica, contida no Anteprojeto, reconhece que o objetivo de oferecer sempre uma educação de qualidade, de produzir o conhecimento necessário para que a sociedade possa transformar-se, desenvolvendo-se social e economicamente; de aplicar os recursos que recebe de modo planejado, deve prover, antes de tudo, de dentro da própria Instituição Universitária.

Conseqüentemente, reconhece a importância dos processos de avaliação conduzidos pela própria instituição, inclusive como forma de respeitar sua identidade. Contudo, considera que a condução sistemática de avaliação externa é imprescindível. Trata-se de garantir legitimidade, transparência e visibilidade às ações institucionais e à avaliação interna que ela conduz.

Neste sentido, ao tomar o PAIUB (experiência mais disseminada e legitimada) como uma das referências fundamentais, busca-se estimular sistematicamente sua realização, mas de modo pleno, consistente e não auto-referenciado e/ou corporativo. Busca, neste momento, aproveitar, estimular e potencializar as experiências de auto-avaliação em andamento. Portanto, tomava como elemento a ser considerado em cada um dos fatores que compõem o instrumento, as experiências conduzidas no âmbito do PAIUB, bem como, as estratégias de superação da realidade avaliada e as repercussões institucionais deste processo na dinâmica do desenvolvimento institucional.

Assim, a estratégia adotada procura articular, no possível, os dois processos, uma vez que entre seus maiores objetivos está o induzir as Instituições Universitárias ao constante aperfeiçoamento institucional. A avaliação, a ser realizada nas IES, também se propõe a prestar contas à sociedade quanto a utilização dos recursos públicos nela aplicados, além de incrementar a parceria e a corresponsabilidade entre as Universidades e o seu respectivo

mantenedor, no que tange ao desenvolvimento do ensino superior, da pesquisa, da extensão e das atividades de difusão artística, cultural e esportivas. Reconhece-se, assim, que a responsabilidade pelas conseqüências da avaliação assume uma configuração bilateral, isto é, tanto por parte de quem a promove, quanto por parte de quem é avaliado.

Com esta perspectiva, a sistemática proposta assume um caráter interativo. Ela pressupõe um diagnóstico produzido por uma Comissão Externa, visando a orientar tanto a IES avaliada no que tange às suas responsabilidades, deficiências, limitações e rumos detectados como insatisfatórios, quanto ao condutor político deste processo, no caso o mantenedor ou o MEC. Neste sentido, o juízo a ser emitido em termos conceituais não se propõe como tendo um caráter estático e definitivo, mas sim transitório. Aquelas instituições que atenderem aos parâmetros mínimos, através dos procedimentos adotados, obtendo pelo menos o conceito geral **insatisfatório**, poderão, a qualquer momento, solicitar a revisão do conceito, desde que tenham aperfeiçoado os elementos que para ele contribuíram.

No formato apresentado, os Parâmetros estão delineados para atribuir um juízo de valor à um conjunto de itens e indicadores institucionais. Este conjunto, por sua vez, inclui aqueles presentes nos demais instrumentos de avaliação, e que vêm sendo implementados pelo MEC, a saber: o Exame Nacional de Cursos, as Condições de Oferta dos Cursos de Graduação e a Avaliação da Pós Graduação promovida pela CAPES, bem como, as avaliações promovidas pelas agências de fomento a pesquisa.

Tendo em vista o exposto, mas também a diversidade de contextos nos quais as IES se inserem e a diversidade das condições necessárias para a realização da suas principais funções, o foco principal da avaliação aqui proposta concentra-se na gestão das funções acadêmicas. O pressuposto é que os mecanismos de gestão, bem como sua correspondente efetividade, dependem em muito menor grau das variabilidades acima mencionadas. Mais do que a avaliação dos produtos, a proposta orienta-se para aquilo que está sendo feito pela IES para melhorar suas atividades, nas condições em que se insere e em função dos recursos de que dispõe.

Para isso, assume um papel fundamental as referências institucionais concretizadas no Projeto Pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, de cada IES. A existência destes

instrumentos de gestão acadêmica, de forma explícita, formalizada, tanto é estimulada, quanto constitui referência especial para os juízos a serem formulados em cada fator ou item de avaliação. O fato, no entanto, de não existirem na instituição, de modo formalizado, explícito, não significará que se despreze e/ou seja desconsiderado objetivos que a instituição legitimamente estabeleceu para si. Seja qual for a alternativa evidenciada no processo ela estará sujeita a avaliação, tanto na sua proposição, quanto na sua implementação. Não basta, portanto, existir formalmente. Torna-se necessário, além de tudo, evidenciar o conhecimento e comprometimento da instituição, por seus segmentos constitutivos, com os referidos referenciais.

A sistemática de avaliação, para cada um dos dez fatores que compõe o instrumento, comportava um conjunto de informações (elencadas para cada um deles), além de um relatório de auto-avaliação, fornecido pela instituição, caso o tenha elaborado. Sua não existência, ou seu caráter de insuficiência, não implica necessariamente em prejuízo para o resultado final. Na forma proposta pretendia-se estimular a realização desta atividade como forma de que a dinâmica institucional esteja permanentemente sujeita a avaliação pela própria comunidade universitária.

A análise, pela comissão avaliadora, do conjunto de fatores e dos respectivos itens do instrumento, bem como, do relatório de auto-avaliação, seria complementada com dados e informações obtidas através de visitas *in loco* e reunião com docentes, discentes e técnico-administrativos. Os relatórios de auto-avaliação seriam contemplados e estimulados no processo, de modo a respeitar, sempre que possível, as estratégias estabelecidas pela instituição para enfrentar os problemas detectados. Para efeitos de avaliação dos relatórios, seriam considerados os seguintes itens: caráter analítico e crítico no relatório de auto-avaliação; destaque dos pontos fortes e fracos da Universidade; formulação objetiva dos problemas enfrentados pela Universidade; Indicação de soluções consistentes e adequadas para os problemas apontados.

Todo este processo, no entanto, foi simplesmente abortado pelo MEC, ao suspender as reuniões do Comitê e por fim dissolvê-lo, passando as atividades referentes a realização da avaliação institucional para o INEP.

Referências Bibliográficas

LEITE, D. Avaliações e Tensões: Estado, Universidade e Sociedade na América Latina. *Avaliação*. v.2, n.º 1 (3). Campinas, mar.1997.

PAIUB. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO. Documento Básico Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional. Brasília, 26 de novembro de 1993.

PALHARINI, F. A. Caderno NUPES: um novo protagonista na formulação teórica para o Ensino Superior. IN: SGUISSARD, W. e MOROSINI, M. (orgs.) Educação Superior em Periódicos Nacionais. Vitória, CNPq, UFES, 1998.

PALHARINI, F.A. Anteprojeto: Parâmetros para Avaliação Externa das Universidades Brasileiras. Niterói, UFF, setembro de 2000. Adotado como referência pela Comissão de Avaliação Externa SESu/MEC em Recife, Outubro de 2000. mime.

PALHARINI, F.A. O Estado do PAIUB em universidades federais da região sul e sudeste: Tormento ou Paixão. Tese de doutorado aprovada no programa de pós-graduação em Educação da UFF. Niterói, maio de 1999. *Mime*.

PAIUB 2000 – Avaliar para Melhorar. Versão aperfeiçoada. Comitê Assessor do PAIUB/SESu/MEC. Aprovado em reunião do Comitê Assessor, Brasília, em 8/11/1999.

RISTOFF, D.I. Princípios do Programa de Avaliação Institucional. *Avaliação: revista da rede de avaliação institucional da educação superior*. Ano I, n.º1, Campinas, jul. 1996.

SANT'ANNA, H.H.N. e VERAS, N.F.M. O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB): caminhos percorridos e perspectivas futuras. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. Campinas, UNICAMP, v.2, n.1(3), mar. 1997.p.53-60.

SOBRINHO, J.D. Editorial. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. Ano I, n 1, Campinas, UNICAMP. Jul. 1996.

TRIGUEIRO, M. G. S. A avaliação Institucional nas universidades brasileiras: diagnósticos e perspectivas. Brasília, CRUB, 1998. *Mime*.

CONTRIBUIÇÃO DO EXAME NACIONAL DOS CURSOS E DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Orlando Pilati*

1 - Expansão recente da educação superior

Para situar em que universo estamos atuando, julgo conveniente ressaltar, inicialmente, que os dados do Censo da Educação Superior realizado pelo INEP, indicam que a matrícula nos cursos de graduação vem apresentando um rápido crescimento nos últimos anos.

De 1994 a 1999 o número total de alunos matriculados saltou de um milhão 661 mil para mais de dois milhões e 377 mil, o que representa um acréscimo de 717 mil novas matrículas. Um crescimento relativo de cerca de 43,1%. Este número representa mais de 2,5 vezes o crescimento verificado nos quatorze anos anteriores (1981 a 1994) quando foram ampliadas apenas 274 mil matrículas. Em 1999, a educação superior brasileira incorporou cerca de 252 mil novos alunos aos cursos de graduação, o que representa um crescimento substantivo de 11,8% em relação à matrícula do ano anterior.

Face às necessidades da sociedade brasileira, esta aceleração no crescimento da educação ao nível da graduação ainda é insuficiente. Mas, para se ter uma idéia da magnitude desse crescimento recente da matrícula, observe-se que, em contraste, no período de 1981 a 1994, ela havia crescido apenas 19,8%, num avanço lento de 1,4% ao ano, em média. Aliás, houve quem chamasse a década de 1980 como a "década perdida", diante da completa estagnação observada em alguns anos.

Esta pressão pelo crescimento no ensino superior está correlacionada com as transformações na educação básica. Observe-se que, somente de 1994 a 1999, a matrícula do ensino médio cresceu 57,4%. Da mesma forma, o número de conclusões no período de 1994 a 1998 cresceu 67%.

A expansão do ensino médio continua mais acelerada (cresceu

* Professor da Universidade Federal do Paraná, assessor da Diretoria de Avaliação da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

35,4%, de 1996 a 1999, a educação superior cresceu 27,3% no mesmo período), embora nos últimos dois anos tenha sido observada uma tendência de aproximação das taxas, o que pode apontar para um equilíbrio crescente entre os dois níveis de ensino.

Nota-se, portanto, que a gradual melhoria do desempenho do sistema de educação básica – traduzido pelas maiores taxas de escolarização (principalmente das mulheres), redução da repetência e da evasão, melhores índices de conclusão dos ensinos fundamental e médio – está e continuará produzindo uma forte pressão para retomada do processo de demanda por vagas na educação superior. A isto se acrescem as transformações sociais e econômicas recentes da sociedade brasileira que geram novas necessidades e demandas. Esses fatores manterão a pressão pelo crescimento durante a próxima década que agora iniciamos.

Essa tendência manterá o mesmo impulso ao longo de toda a próxima década (2001 a 2010), pelo menos.

Embora esse crescimento das matrículas nos cursos de graduação tenha ocorrido principalmente na iniciativa privada, deve-se registrar que o Censo da Educação Superior de 1999 revela uma tendência positiva da retomada do crescimento da matrícula das instituições federais, fundada na utilização mais efetiva da capacidade instalada. Somente no último ano houve um aumento de 8,4%, o que resultou na ampliação de 34 mil matrículas na graduação. Esse número é representativo quando se observa que, de 1981 a 1994, as instituições federais de ensino incorporaram apenas 50 mil matrículas, com uma taxa anual de crescimento de 1,2%. Outro fato interessante demonstrado pelos dados do Exame Nacional é a persistência do papel das instituições públicas no rumo da democratização do acesso, ao contrário do que é costumeiramente veiculado pelo senso comum. Assim, apesar de serem poucos os jovens procedentes de famílias de baixa renda que ingressam na educação superior (por problemas de oportunidades educacionais na educação básica, principalmente na educação média), constata-se que as instituições públicas, em seu conjunto, constituem uma alternativa concreta para a formação de nível superior pois apresentam um maior percentual de formandos procedentes dessas camadas. Da mesma maneira, as instituições públicas apresentam maior abertura para a participação de jovens negros e pardos de baixa renda.

Em termos regionais, cabe destacar que a matrícula nas

instituições federais de educação superior tem crescido mais acentuadamente nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste onde, historicamente, a iniciativa do poder público federal sempre garantiu a introdução das atividades de ensino e pesquisa. Essas regiões registraram aumentos de 14,5% e 10,8%, respectivamente, em 1999.

Uma das principais preocupações provocadas pela acelerada expansão da educação superior é a qualificação do corpo docente que, por sua vez, tem uma relação direta com a qualidade do ensino. Por conta disso, as políticas de incentivo à titulação dos professores da educação superior têm sido um eixo estratégico da ação do Ministério da Educação, por meio da Fundação CAPES, principalmente, para promover a melhoria da graduação e da pós-graduação, bem como para a expansão da pesquisa (neste caso com o apoio de organismos como o CNPq e órgãos de pesquisas estaduais). Cabe registrar ainda, o despertar das instituições privadas para essa questão da melhoria do ensino de graduação por meio da avaliação, como revela o ato de criação da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP) pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). A importância atribuída à qualificação docente nos processos de avaliação, em particular com a implantação do Provão e da Avaliação das Condições de Oferta, também tem motivado as instituições de educação superior a investirem na melhoria do perfil de seu quadro de professores, independentemente de sua natureza institucional.

O Censo de 1999 mostra um avanço muito significativo na melhoria do quadro docente, principalmente nos últimos cinco anos. De 1994 a 1999 cresceu 130% o número de doutores. Isto contribuiu para aumentasse em 63% a mais de doutores nas salas de aulas. Hoje, a metade dos professores que atuam nas instituições de educação superior (49,3%) tem, pelo menos, o título de mestre, sendo que 20% do total possui título de doutor.

A universalização do ensino fundamental já foi, praticamente, alcançada. Com certeza isto significa melhores condições para a democratização da sociedade, tendo em vista que está sendo dada oportunidade de acesso ao conhecimento a uma parcela cada vez maior de brasileiros e, conseqüentemente, a melhores padrões de vida (ou pelo menos à reivindicação desses padrões). Até recentemente os economistas, planejadores, políticos entendiam que

o desenvolvimento dependia de "ativos" físicos (prédios, fábricas, máquinas, estradas entre outros). Agora, cada vez mais, se entende que o desenvolvimento e as transformações sociais (criação de novas instituições) decorrem de fatores como o conhecimento científico e técnico apropriado pelos cidadãos no decorrer da graduação. Mas isto não basta. Da educação superior exige-se agora também a afirmação de valores e de um patrimônio cultural necessários para a integração social e o desenvolvimento pessoal, além da qualificação para o trabalho.

Por isso, impõe-se que as matrículas na educação superior continuem a crescer, para que o Brasil possa enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e avance na superação das desigualdades sociais. Esse crescimento deve abranger novas modalidades de formação profissional e de programas de educação superior (educação a distância, programas de atualização ou de educação continuada). Todas as correntes teóricas e políticas entendem que maiores proporções da população com acesso à educação superior são uma exigência da sociedade brasileira. Somente assim teremos garantia de um desenvolvimento sustentado por longo prazo.

Ao longo do século XX, a sociedade humana de um modo geral e a brasileira em particular modificou-se de forma radical, a ponto da qualidade da educação tornar-se um fator estratégico para que uma sociedade possa: a) beneficiar-se dos avanços científicos, tecnológicos e sociais e b) também, estruturar novas instituições que possibilitem o acesso igualitário às conquistas da humanidade.

2 - Expansão com qualidade

No entanto, a sociedade brasileira somente será beneficiada se essas transformações e crescimento se derem com qualidade, basicamente entendida em duas dimensões. De um lado, nossas instituições de educação superior devem ter a capacidade de oferecer as condições básicas para a formação de cidadãos e profissionais que possam atuar e responder aos anseios da população na construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais humana, mais democrática. Por outro, os projetos pedagógicos e currículos dos Cursos devem providenciar para que sejam trabalhados no processo de ensino-aprendizagem tanto os conhecimentos atualizados em termos do progresso do

conhecimento científico de cada área como as competências e habilidades características.

Como garantir essa qualidade? Uma solução que já foi muito utilizada no passado é a simples proibição periódica de abertura de novos Cursos ou vagas em instituições públicas e privadas. Na maioria das vezes por pressões corporativistas. No entanto, essa alternativa tem um caráter eminentemente burocrático que sempre se mostrou ineficiente já que, apesar de questionada, a qualidade do ensino, por exemplo, nunca era analisada nem compreendida nem se buscava efetiva melhoria. Outras vezes, pode aparecer um discurso que reivindica maior liberdade acadêmica ao mesmo tempo cobra, contraditoriamente, o simples rigor na fiscalização formal que exige a construção de um aparato burocrático e cartorial, sempre sujeito a todo o tipo de distorções.

Ora, a tradição acadêmica consagrou as diversas formas da avaliação do ensino, do conhecimento docente, da produção do conhecimento, dos resultados do processo de ensino-aprendizagem, do desempenho institucional, da eficiência e qualidade de sistemas de ensino e pesquisa. Assim, para que a necessária expansão também se dê com qualidade, pode-se supor que a avaliação, nesses termos, seja um dos instrumentos fundamentais para se identificar virtudes e deficiências do ensino de graduação. Com esse mecanismo se pode identificar problemas para que sejam feitas as necessárias correções de rumo, ou se consolidar linhas de trabalho ou, até mesmo, se consolidem processos públicos de acreditação de cursos e instituições de educação superior. Essa avaliação pode ser externa, convocada pelas próprias instituições para compor a avaliação de cursos, processos de ensino, programas pedagógicos ou currículos, processos de seleção, entre outros. A avaliação externa pode também ser promovida, como acontece em alguns países, por entidades ou associações de instituições ou de ensino em áreas específicas (associação nacional de ensino de odontologia, por exemplo).

Mas a avaliação pode e deve também ser promovida por instâncias governamentais, em atendimento a determinações legais que traduzem as demandas da sociedade. Sim, porque as instituições de educação superior (sejam elas estatais, públicas não estatais ou privadas) são, antes de tudo, instituições sociais. Como tais, devem cumprir determinadas funções sociais específicas de ensino e pesquisa. Neste caso, o processo de avaliação deve ser construído

com a participação do meio acadêmico e a ele deve retornar de forma a contribuir para as mudanças qualitativas, em benefício da sociedade.

Desde 1995, o Governo Federal, como nunca antes havia sido feito, tem claramente consignado a importância da avaliação como instrumento fundamental para formulação e reformulação de políticas educacionais comprometidas com a qualidade.

Ainda em 1995, dentre os processos de avaliação da graduação previstos, foi criado o Exame Nacional de Cursos, com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.393/1996), logo em seguida, incorporou a Lei nº 9.131/1995 que criou o Exame Nacional de Cursos e consagrou a prática avaliativa, determinando que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da *"garantia de padrão de qualidade"*, entre outros, e incumbindo a União de assegurar tanto o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, como de avaliar os cursos por elas oferecidos (ver art. 9º, alíneas VIII e IX).

Mas o Exame Nacional de Cursos, obviamente, não poderia, pelas suas características, dar conta de todos os aspectos da avaliação de um curso nem, muito menos, de todos os aspectos próprios de uma complexa instituição de educação superior, principalmente as de caráter universitário. As diretrizes para a consolidação do Sistema de Avaliação do Ensino Superior foram definidas pelo Decreto n.º 2.026, em 10 de outubro de 1996. Mais recentemente, o Decreto 3.860 de julho de 2001 avançou no sentido de que o reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, e o credenciamento e credenciamento de instituições devem ser processos mais qualitativos e menos burocráticos, relacionados com a razão social de sua existência. Este sistema prevê a avaliação do ensino de graduação, por meio da análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e da avaliação das condições de oferta, além da avaliação institucional e da avaliação da pós-graduação.

Os diversos processos de avaliação externa existentes sinalizam que um bom curso de graduação, em qualquer lugar do mundo, depende fundamentalmente de três fatores básicos:

- INSTITUIÇÃO - certamente o mais importante, tendo em vista as responsabilidades que lhe foram atribuídas pela sociedade quando de sua criação: infra-estrutura garantida

pela mantenedora pública (entidades públicas não estatais, governos federal, estadual e municipal) ou privada, tal como biblioteca, projeto pedagógico ou currículo do curso equilibrado e atualizado, laboratórios, além de outros;

- CORPO DOCENTE - é fundamental que estejam atualizados em termos do conhecimento, comprometidos com a proposta pedagógica do curso, tenham condições de trabalho garantidas pela mantenedora, trabalhem de forma integrada; não há necessidade de que todos tenham a máxima titulação formal, mas é indiscutível que toda instituição deve buscar compor a sua matriz de docentes de acordo com os seus objetivos e possibilidades;

- ESTUDANTE - "aquele que estuda", lê, desenvolve raciocínio crítico, busca dominar os conceitos fundamentais da área, busca desenvolver as habilidades essenciais, além de firmar a postura ética de cidadão e profissional.

A avaliação externa dos cursos de graduação realizada pelo Exame Nacional cumpre função diagnóstica, com possibilidades de proporcionar, ao longo de uma série histórica, uma visão sobre os resultados de um dos aspectos do ensino em um curso de graduação (o processo de ensino aprendizagem), e deve ser complementada pela avaliação das condições de ensino e pela avaliação promovida pela própria instituição.

As instituições de educação superior no Brasil são bastante heterogêneas em relação a vários aspectos de um determinado curso ou carreira. Essa heterogeneidade pode estar relacionada aos diferentes projetos institucionais, projetos pedagógicos de cursos, inserção regional, funções locais ou nacionais. Os diplomas de um determinado Curso oferecidos por essas instituições, em que pese sua heterogeneidade, entretanto, têm idêntica validade legal em todo o território nacional. O Exame, portanto, sendo uma avaliação de caráter nacional, é referenciado à normas e avalia as habilidades e os conhecimentos fundamentais que garantem a identidade acadêmica de um curso (ou carreira).

Os resultados dos Exames Nacionais referentes ao domínio de conteúdo e habilidades têm comprovado a inter-relação direta dos três fatores mencionados acima. Como se pode ver, a busca

pela contínua qualidade do ensino nos cursos de graduação é uma tarefa que nos envolve a todos: estudantes, professores, pesquisadores, instituições e governo. A única instância beneficiada desse esforço coletivo é a própria sociedade brasileira.

3 - Avaliação externa das condições institucionais

Não se pretende aprofundar aqui essa questão, mas ressaltar o papel complementar do Exame Nacional em relação a essa avaliação. A avaliação externa das condições de funcionamento de um curso de graduação é um procedimento avaliativo coordenado pela Secretaria de Ensino Superior - SESu, do Ministério da Educação. A partir de 2001 passará, progressivamente, a ser executado pelo INEP. Os cursos avaliados são aqueles que estão em fase de renovação de reconhecimento ou que já se submeteram ao Exame Nacional. São visitados em seus locais de funcionamento por professores procedentes de instituições de educação superior (federais, estaduais, municipais e privadas), coordenados e orientados pelas comissões de especialistas de ensino da SESu, para verificação da qualificação docente, da organização didático-pedagógica e das instalações, destacando-se as bibliotecas, os laboratórios de ensino e os equipamentos.

A avaliação das condições de oferta segue uma sistemática que inclui a análise e discussão de uma massa de dados e informações colhidos por ocasião da realização do Exame Nacional de Cursos, do Censo da Educação Superior, das auto-avaliações institucionais, e da visita de verificação conduzida, por professores que compõem as comissões de pares. Os conceitos, recomendações e relatórios, resultados dessas análises, definem as condições em cada uma das dimensões avaliadas.

Além dessa tarefa, os professores que compõem as comissões verificadoras, podem desenvolver atividades de orientação aos responsáveis institucionais sobre medidas urgentes e necessárias nos tópicos avaliados, além de reforçar os aspectos positivos detectados.

Após revisão e consolidação do relatório de avaliação os professores da comissão visitadora elaboram recomendações para o aperfeiçoamento ou saneamento de deficiências de cada um dos cursos avaliados.

Em seguida, quando for o caso de processo vinculado à

necessidade de renovação do reconhecimento do curso avaliado, a SESu o encaminha para apreciação do Conselho Nacional de Educação - CNE ou até mesmo para os conselhos estaduais de educação.

4 - O Exame Nacional de Cursos

Quanto ao Exame Nacional de Cursos, o Ministério da Educação tem procurado envolver toda a comunidade acadêmica no processo de coleta de subsídios, elaboração do Exame, conhecimento e uso dos resultados da avaliação. Assim, o Exame é normatizado por comissões de docentes e especialistas, de cada área avaliada, nomeada pelo ministro da Educação a partir de um conjunto de nomes indicados pela comunidade acadêmica. A montagem dessas comissões obedece a critérios de heterogeneidade regional e representatividade dos diversos tipos de dependência administrativa.

As instituições de educação superior participam do processo, encaminhando seus projetos pedagógicos e suas propostas para subsidiar os trabalhos das comissões. Após a aplicação dos instrumentos, os professores e coordenadores dos cursos são convidados a realizar a análise e apreciação da prova e dos procedimentos adotados. Por fim, as instituições recebem relatórios específicos sobre cada curso avaliado. Os dados assim conhecidos podem indicar tanto os pontos positivos como as deficiências de cada Curso, principalmente quando considerada a série histórica de alguns anos. Dessa forma podem ser definidas ações concretas que viabilizem a contínua revisão e melhoria do processo de ensino-aprendizagem na graduação.

O INEP, auxiliado pelas Comissões de professores, pelas críticas e contribuições dos coordenadores de curso e com base na análise dos resultados define as diretrizes do Exame Nacional de cada curso e as revisa sistematicamente a cada ano. Esta revisão contínua pretende garantir o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados, a adequação às diretrizes curriculares definidas pelos colegiados, a sinalização de reformulações necessárias nos eixos que identificam os cursos em nível nacional, sem esquecer o espaço necessário para que uma instituição possa construir o seu próprio projeto pedagógico específico, utilizando-se dos resultados da avaliação do Exame como um referencial e nunca como um cerceador da liberdade curricular.

4.1 - As Comissões de Curso para Exame Nacional dos Cursos

As Comissões de Curso, nomeadas a partir de indicações do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), das Associações de Ensino da área (ANGRAD, ABENO, ABENGE entre outros¹), dos conselhos profissionais (CONFEA, CFMV, CFA entre outros) e da Comissão de Especialistas da SESu, têm por atribuição definir:

- a abrangência e os objetivos do Exame;
- o perfil que se espera do graduando (isto é, do estudante que está em vias de concluir o curso);
- os conteúdos e habilidades a serem verificados no Exame;
- e todas as especificações e orientações necessárias à elaboração da prova para o Exame.

É importante frisar que esse trabalho das Comissões parte de uma consolidação, feita pelo INEP, dos projetos pedagógicos fornecidos pelas próprias instituições que oferecem os cursos que serão avaliados. Dessa forma, são identificadas as tendências, as características consolidadas e as novas propostas emergentes.

4.2 - Objetivos do Exame Nacional

O Exame Nacional de cada curso pode se propor a objetivos de alcances diferenciados. As instituições e cursos são bastante heterogêneos em relação a vários aspectos. Em que pese sua heterogeneidade, entretanto, os diplomas têm idêntica validade legal em todo o território nacional. O Exame, portanto, sendo uma avaliação de caráter nacional, é referenciado à normas e avalia as habilidades e os conhecimentos fundamentais exigidos em cada um dos cursos ou que constituem o seu eixo. A modalidade adotada oferece rica informação para propósitos comparativos, principalmente considerando o fato de que não se tem conhecimento prévio do que é realmente ensinado.

Entre os diferentes objetivos definidos pelas Comissões podem ser identificados alguns como :

- a. avaliar se os cursos de uma área estão desenvolvendo

- conhecimentos essenciais (básicos, gerais e profissionais);
- b. incentivar a auto-avaliação em cada curso;
- c. competências e habilidades necessárias à atuação profissional;
- d. avaliar se os cursos estão formando alunos capacitados a diagnosticar problemas e apontar soluções no contexto específico;
- e. avaliar se os cursos estão formando alunos com capacidade de análise crítica e são compromissados com o desenvolvimento social;
- f. fornecer às Instituições de Educação superior dados e informações quantitativas e qualitativas que possibilitem ações para a melhoria do ensino de um curso determinado;
- g. contribuir para a identificação de alternativas e a formulação de políticas públicas e institucionais para a melhoria do ensino de uma área no País.

4.3 - O perfil do graduando considerado no Exame Nacional

No entendimento da maioria das Comissões, os graduandos devem ser, antes de tudo, cidadãos com formação ética e consciência da sua responsabilidade social. Mas, além disso, a prova deve ser construída tomando como referência um perfil em que o graduando demonstre, por exemplo:

- a. sólida formação generalista ou básica, científica e tecnológica relacionada aos sistemas agropecuário e agroindustrial;
- b. capacidade de adaptar-se a funções diversas na área e ter consciência de que a formação requer atualização continuada;
- c. capacidade de tomar decisões técnicas e administrativas em empresas, cooperativas, associações e outras formas de organização econômica e social;
- d. capacidade de análise crítica do processo de desenvolvimento em que está inserido;
- e. compreensão da realidade histórica, política e social, sendo capaz de atuar como agente de modificação;
- f. capacidade de valorizar e respeitar o meio-ambiente;

¹ - Quando o Curso de Serviço Social vier a participar do ENC, a ABEPSS será uma dessas entidades.

- g. espírito empreendedor, senso ético e capacidade para trabalhar em equipe.

4.4 - As habilidades do graduando considerado no Exame Nacional

A prova também avalia habilidades que os graduandos devem adquirir ao longo de sua vida acadêmica. As habilidades consideradas na construção da prova, entre outras, podem ser :

- propor soluções técnicas para a área específica, compatíveis com a realidade socioeconômica, por exemplo;
- diagnosticar os problemas e potencialidades de uma realidade em observação;
- interpretar criticamente dados, informações e inovações tecnológicas ou sociais;
- avaliar o impacto das atividades profissionais no contexto social, ambiental e econômico;
- comunicar-se corretamente na forma escrita e gráfica;
- aplicar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos;
- analisar políticas de desenvolvimento.

4.5 - Os conteúdos considerados no Exame Nacional

A prova toma como referência os conteúdos referentes à Formação Básica ou Geral e à formação profissional específica. Os conhecimentos são abordados de maneira integrada ou interdisciplinar.

Para tanto, são levados em conta os conteúdos: a) previstos no antigo currículo mínimo, que será substituído pelas diretrizes curriculares, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; b) os projetos pedagógicos e propostas efetivamente desenvolvidas pelos Cursos; c) as temáticas emergentes ou tendências inovadoras detectadas nas propostas em discussão.

4.6 - O formato da Prova do Exame Nacional

As provas adotam o formato que as Comissões e especialistas considerem mais adequadas aos objetivos propostos de cada área. Até o momento têm o seguinte formato:

Mistas: - questões de múltipla escolha e questões discursivas;

Prova discursiva:- composta exclusivamente por questões abertas ou discursivas.

4.7 - Questionário-pesquisa

Entre os instrumentos de avaliação aplicados no Exame Nacional de Cursos, inclui-se um questionário-pesquisa, que tem por objetivo traçar o perfil socioeconômico e cultural do grupo de graduandos de cada uma das áreas avaliadas e promover o levantamento de suas opiniões a respeito de seu curso, de seus docentes e de sua instituição. O variado leque de questões abrange indicadores objetivos, tais como: estado civil; renda; escolaridade dos pais; e apreciações subjetivas acerca dos recursos e serviços de suas instituições de ensino, além de expectativas para o futuro. Os dados obtidos a partir das respostas dos graduandos a este questionário constituem um verdadeiro "quem é e o que pensa o graduando". As avaliações feitas pelos estudantes, podem ser analisadas juntamente com os resultados obtidos no Exame. Disso resultam subsídios importantes para o processo de avaliação de aspectos institucionais do curso e podem vir a ser um ponto de partida para ações concretas que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

4.8 - Os Resultados

Os resultados são publicados anualmente e divulgados por meio de diversos instrumentos:

- Relatório-Síntese;
- Página do INEP na Internet < <http://www.inep.gov.br/enc> >;
- Relatório da Instituição; e
- Boletim do Graduando.

Os principais resultados de cada curso participante do Exame são apresentados, de forma resumida, no "Relatório-Síntese", agregando-se aos resultados obtidos pelos alunos presentes nas provas, dados estatísticos referentes ao corpo docente (titulação, jornada de trabalho e atuação em sala de aula). São apresentados

alguns dados estatísticos de cada curso, como a relação inscritos/vagas no vestibular e número de ingressantes, além de outras informações. Com o intuito de dar maior transparência aos conceitos, por exemplo, são apresentados os percentuais de alunos de cada instituição que se encontram em cada um dos quatro grupos delimitados pelos percentis 25, 50 e 75 da distribuição de nota dos graduandos de todo o País. Esta informação permite, por exemplo, que se identifique em cada curso, independentemente do conceito obtido, o percentual de seus alunos com desempenho entre os 25% melhores do País. Os capítulos apresentam a análise global dos resultados e características de cada curso (desempenho na prova), bem como além os resultados do questionário sócio-cultural respondido pelo graduando (características sócio-econômicas, práticas acadêmicas, avaliação da instituição e do corpo docente, perspectivas após a graduação).

O **"Relatório da Instituição"**, elaborado para cada curso avaliado, apresenta os resultados detalhados e comparados com os do Estado, da região, da dependência administrativa correspondente e do Brasil, mediante a padronização de notas. Apresenta informações referentes à evolução dos resultados alcançados pelo Curso oferecido pela instituição nos Exames em que participou, assim como os percentuais de alunos da instituição, que se encontram em cada um dos quatro grupos delimitados pelos percentis 25, 50 e 75 da distribuição de nota dos graduandos de todo o País, comparados com os percentuais dos graduandos do Estado, da região, da dependência administrativa e do Brasil. São apresentadas ainda as frequências de respostas ao Questionário-Pesquisa, questão por questão. Os dados apresentados, comparados com os resultados gerais, são uma valiosa ferramenta a ser utilizada pela instituição na construção de referenciais para a auto-avaliação e no planejamento das ações voltadas para a melhoria da qualidade do curso avaliado. Provocar mudanças qualitativas relevantes no interior da sala-de-aula de cada curso, é a principal contribuição do Exame, enquanto avaliação externa. Deste relatório são enviados exemplares: um para o reitor-diretor, um para o pró-reitor de graduação ou equivalente (no caso das universidades) e o outro para o coordenador do curso. Havendo necessidade, a instituição pode solicitar desagregações por habilitações ou grupos de alunos graduandos que a instituição julgar necessário para aprofundamento da análise.

Os resultados individuais são encaminhados exclusivamente ao estudante, conforme determina a Lei 9.131/1995, por meio do **"Boletim do Graduando"**, que pode utilizá-los como um elemento importante para a definição de estratégias para seu desenvolvimento profissional e pessoal. Traz, além de suas notas individuais, as médias obtidas por seus colegas de cursos de sua instituição, de seu Estado, de sua região e do Brasil. Neste ano, também pela primeira vez, no boletim é apresentada a posição relativa do graduando em relação aos quatro grupos definidos pelos percentis 25, 50 e 75.

5 - As Consequências do Exame Nacional.

Como é natural no início de todo o processo de avaliação, o Exame Nacional provocou reações contrárias entre parte dos estudantes, docentes e dirigentes, por ocasião de sua implantação. Hoje, caminhando para a sua sexta edição, nota-se que o momento é de plena cooperação entre os diversos segmentos, e as discussões e críticas privilegiam o aspecto acadêmico.

5.1 - Consequências para a avaliação institucional dos cursos

Nenhum processo de avaliação do ensino tem sua razão de ser caso não encontre maneiras de repercutir em mudanças necessárias no processo de ensino aprendizagem.

Ao longo desses seis anos, o ENC vem levantando dados e informações relevantes a respeito dos cursos de graduação. Os resultados das provas, dados sobre o perfil e opiniões dos graduandos sobre os cursos têm sido levados ao conhecimento das instituições de educação superior, dos professores, dos estudantes, da sociedade e de órgãos governamentais. As séries históricas demonstram que os dados são consistentes.

Para uma utilização mais efetiva desses dados e informações, é necessário que os próprios coordenadores e demais responsáveis pelos cursos de graduação os analisem em toda a sua extensão e profundidade e verifiquem a aplicabilidade, como diagnóstico, em sua realidade institucional ou no contexto de sua auto-avaliação.

Nos seminários que temos promovido, a partir de 1999, para

estimular o uso dos resultados pelas instituições e coordenações de curso usamos o slogan: "PARA MELHORAR, NÃO BASTA AVALIAR!". Neste ano de 2001, as discussões em nossos seminários tomaram, como expressão do interesse em observar, analisar e utilizar os resultados da avaliação do ensino de graduação por meio do Exame Nacional, o lema: "CONHECER PARA MELHORAR!". Dessa forma, cada vez mais, a avaliação promovida pelo Exame Nacional se constitui num complemento importante para um efetivo salto de qualidade no ensino de graduação.

O INEP, a partir das discussões em suas Comissões e das críticas e subsídios recebidos das instituições e professores, tem buscado aprimorar, a cada ano, a metodologia, os instrumentos e a divulgação dos resultados. Evidentemente, ainda se pode fazer muito no sentido de melhorar o Exame enquanto instrumento de avaliação, da mesma forma que devem ser promovidas reflexões e desencadeadas ações concretas para a melhoria da educação superior. Estas ações competem não somente às diversas esferas governamentais, mas também procedem das instâncias diretamente responsáveis pela proposição e implementação do projeto pedagógico de um curso de graduação.

A partir da divulgação dos resultados de 1996 o ENC tem provocado impacto no interior de um grande número de Instituições de Educação superior. A missão do ensino de graduação como instrumento de democratização do conhecimento parece estar sendo, aos poucos, recuperada.

Isto se pode comprovar por diversas constatações:

1º) As instituições, em geral, tendem a se estruturar para melhorar o desempenho em termos de domínio de conteúdos atualizados e desenvolvimento de habilidades;

2º) Aumentou a preocupação das instituições com a qualificação dos professores envolvidos com o ensino de graduação, tanto em termos de obtenção de títulos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado como de aumento da dedicação ao trabalho em sala de aula e atualização de conhecimentos;

3º) Pressionadas pelos alunos e pela sociedade, algumas instituições voltaram a se mobilizar em busca da melhoria das condições objetivas de oferta dos cursos;

4º) Houve queda drástica do boicote e do número de provas

em branco, melhorando a percepção dos estudantes que eles fazem parte do processo de ensino-aprendizagem e também devem prestar conta à sociedade de seu trabalho acadêmico; para a maioria dos graduandos, recusar-se a participar da avaliação significa apoiar o antigo "pacto da incompetência", responsável pela manutenção da vergonhosa desigualdade de acesso ao conhecimento;

5º) O Exame deu visibilidade social às instituições que possuem cursos de graduação com projetos pedagógicos mais consistentes e melhores condições de funcionamento;

6º) Os coordenadores de cursos estão muito mais empenhados e dispostos a colaborar com as comissões de cursos na formulação das diretrizes do Exame, revisão e críticas das provas e instrumentos;

7º) Houve crescimento do interesse pela avaliação institucional, tomando os resultados do Exame como um dos elementos fundamentais do *processo de auto-avaliação* institucional;

8º) Entendimento do processo de avaliação como prática que deve estar presente no *cotidiano* do curso, da instituição e do sistema;

9º) Entendimento de que a avaliação é uma forma de a *sociedade* acompanhar as limitações, os esforços e os avanços da universidade brasileira (pública ou privada).

Em suma, a administração pedagógica e institucional tem agora referenciais nos relatórios do Exame, para levantar questões específicas referentes a cada curso avaliado. Esses resultados contribuem para um processo de avaliação interno permanente das propostas, dos projetos e das práticas pedagógicas vigentes na instituição de educação superior.

5.2 - Consequências para a ação pública

Os relatórios do ENC, por força de lei, devem ser encaminhados ao Ministério da Educação. Assim, a Secretaria de Educação Superior - SESu, órgão do MEC, deve obrigatoriamente levar em conta os resultados do Exame e de outros processos de avaliação, na formulação de políticas e na gestão do sistema nacional de ensino de graduação. Nesse sentido, a SESu tem utilizado os resultados na dinamização das suas comissões de especialistas (principalmente no caso dos primeiros cursos avaliados) e no incentivo à avaliação institucional. Os resultados do Exame como subsídios relevantes para a normatização de diversas ações, entre

as quais se pode mencionar : a) definição dos procedimentos quanto às informações sobre condições de ensino-aprendizagem; b) autorização de *novos cursos*; c) credenciamento de *faculdades integradas*, *faculdades*, *institutos superiores* ou *escolas superiores*; d) credenciamento de *centros universitários*; e) autorização para funcionamento de cursos fora de sede em universidades; f) credenciamento de *universidades*.

A SESu, simultaneamente, revitalizou as suas comissões de especialistas de ensino, consolidando um outro instrumento – a avaliação das condições de ensino dos cursos – com características de avaliação do processo de ensino e com abrangência capaz de incorporar outros aspectos relevantes, tais como: o projeto didático-pedagógico do curso; a administração acadêmica; o perfil do corpo docente (titulação, regime de trabalho, experiência profissional) e sua política de qualificação; produção acadêmica; infra-estrutura física; bibliotecas e laboratórios.

A efetiva melhoria da qualidade do ensino passa pela adequada utilização de mecanismos institucionais disponíveis, sendo um deles a deliberação do Conselho Nacional de Educação - CNE e dos conselhos estaduais de educação quanto ao reconhecimento de cursos de graduação e quanto ao credenciamento e ao credenciamento periódico das instituições de ensino superior. Para a execução dessa tarefa, o CNE e conselhos estaduais contam com as avaliações dos cursos que superam em eficácia os procedimentos cartoriais, tão fortes na tradição brasileiros. Os resultados das avaliações, entre os quais estão os do Exame, fornecem subsídios para que o CNE e conselhos estaduais desempenhem, com maior segurança, as suas atribuições de zelar pela qualidade do ensino brasileiro.

Conclusão

O foco principal da nossa exposição foi o Exame Nacional de Cursos enquanto instrumento que pode contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões curriculares dos cursos de graduação, bem como da busca permanente pela melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Fizemos referências, de forma mais rápida, ao processo de avaliação das condições de ensino para efeito de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições

de educação superior. Estas são duas formas de avaliação complementares entre si, promovidas pela União de forma cooperativa com as unidades federadas, em atendimento a determinações constitucionais e legais (LDB e Lei 9.131/1995).

Evidentemente, outros processos avaliativos do ensino podem ser desenvolvidos (e já são) pelas próprias instituições e por entidades não-estatais que abordem aspectos diferentes do ensino de graduação ou que atendam a objetivos legítimos diversos. A articulação dos processos desenvolvidos pelo Estado e pelas organizações sociais trará maiores benefícios para o desenvolvimento do ensino de graduação.

Há quase 30 anos a avaliação sistemática dos programas de pós-graduação influenciou decisivamente no seu aperfeiçoamento constante, suportando o desenvolvimento científico que hoje desfrutamos em muitas áreas, inclusive nesta em que os senhores atuam. Cabe aqui desejar que a avaliação dos cursos de graduação traga contribuição ainda maior para a sua estratégica melhoria de qualidade. Dessa forma estaremos promovendo a democratização do conhecimento, tão necessária para a superação das perversas desigualdades sociais.

Muito obrigado.

TABELAS ANEXAS

Tabela 1. Número de cursos participantes do ENC de 1996 a 2002

Área	Número de cursos						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002*
Administração	335	354	391	431	451	489	528
Direito	179	196	212	229	257	270	293
Engenharia Civil	102	106	110	112	118	123	128
Engenharia Química	-	44	47	48	50	51	53
Medicina Veterinária	-	37	39	43	50	59	66
Odontologia	-	85	86	87	93	98	102
Engenharia Elétrica	-	-	81	84	87	90	93
Jornalismo	-	-	84	92	97	113	120
Letras	-	-	369	382	406	424	444
Matemática	-	-	291	305	322	354	378
Economia	-	-	-	187	189	187	187
Engenharia Mecânica	-	-	-	70	73	72	73
Medicina	-	-	-	81	81	83	84
Agronomia	-	-	-	-	70	73	74
Biologia	-	-	-	-	238	270	275
Física	-	-	-	-	80	83	85
Psicologia	-	-	-	-	117	120	122
Química	-	-	-	-	109	113	115
Farmácia	-	-	-	-	-	83	85
Pedagogia	-	-	-	-	-	492	497
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	115
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	458
Enfermagem e Obstetrícia	-	-	-	-	-	-	153
História	-	-	-	-	-	-	339
Total	616	822	1710	2.151	2.888	3.647	4.868

Fonte: DAES/INEP; * Previsão para 2002

Tabela 2. Número de presentes ao ENC de 1996 a 2002

Área	Número de Presentes						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002 *
Administração	27.535	36.205	42.224	43.970	48.020	51.556	55.921
Direito	27.220	39.715	44.318	45.373	48.854	52.663	56.290
Eng. Civil	4.588	6.448	6.664	6.665	6.634	6.438	6.567
Eng. Química	-	1.763	1.559	1.632	1.522	1.439	1.453
Med. Veterinária	-	2.398	2.386	2.814	2.987	3.386	3.650
Odontologia	-	7.767	7.864	8.209	8.149	9.203	9.568
Eng. Elétrica	-	-	4.848	4.665	4.677	4.724	4.771
Jornalismo	-	-	4.900	5.504	6.105	6.427	6.933
Letras	-	-	18.423	21.330	22.997	27.450	30.535
Matemática	-	-	8.921	11.012	11.797	12.945	14.314
Economia	-	-	-	10.622	10.164	9.397	9.491
Eng. Mecânica	-	-	-	3.892	3.501	3.322	3.355
Medicina	-	-	-	7.953	8.097	8.468	8.705
Agronomia	-	-	-	-	3.565	3.567	3.604
Biologia	-	-	-	-	11.209	12.889	13.984
Física	-	-	-	-	1.734	1.865	1.982
Psicologia	-	-	-	-	9.889	10.158	10.449
Química	-	-	-	-	3.689	3.768	3.846
Farmácia	-	-	-	-	-	8.881	9.059
Pedagogia	-	-	-	-	-	49.871	50.868
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	3.594
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	13.602
Enfermagem e Obstetrícia	-	-	-	-	-	-	5.447
História	-	-	-	-	-	-	6.928
Brasil	59.343	94.296	142.107	173.641	213.590	288.417	334.917

Fonte: DAES/INEP; * Previsão para 2002.

Referências bibliográficas

- BELONI, Isaura. Democracia na universidade: democratização do acesso, da gestão e dos resultados. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 8, n. 17, p. 57-102, 1986.
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Exame Nacional de Cursos: relatório-síntese 2000. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.- Brasília: O Instituto. 565 .il., tab. Di
- MAGGIE, Yvonne. Graduação e pós-graduação em Ciências Humanas: desafios e perspectivas. In: *DISCUSSÃO da pós-graduação brasileira*. Brasília : CAPES, 1996. p. 19-28.
- PAUL, Jean Jacques, RIBEIRO, Zoya, PILATI, Orlando. As iniciativas e as experiências de avaliação de Ensino Superior: balanço crítico. In: DURHAM, Eunice R., SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Avaliação do Ensino Superior*. São Paulo : Editora da USP, 1992. p. 141-165. (Coleção Base, v. 2).
- PORTO, Stella, VELLOSO, Marisa, PILATI, Orlando. Ensino público superior noturno e democratização. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 69, n. 162, p. 277-315, maio/ago., 1988.
- REFORMA Universitária: propostas e controvérsia. Brasília : Crub, 1987. 217 p. (Estudos e Debates, 13).
- RIBEIRO, Sergio Costa et al. A relação pesquisa-ensino nas instituições de ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n. 155, p. 5-51, jan./abr., 1986.
- _____. Ensino e/ou pesquisa: a teoria na prática é outra. *Ciência Hoje*, v. 4, n. 22, p. 24-33, jan./fev., 1986.
- SAUL, Ana Maria. Avaliação Emancipatória - Desafio à Teoria e à Prática de Avaliação e Reformulação de Currículo. São Paulo, Editora Autores Associados.
- ZUCCO, César. Relação entre pós-graduação e graduação: a pós-graduação no contexto histórico-educacional. In: *DISCUSSÃO da pós-graduação brasileira*. Brasília : CAPES, 1996. p. 79-90.

FÓRUM NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Mariangela Belfiore Wanderley*

A implementação de qualquer processo avaliativo nas instituições de ensino tem como requisito básico o reconhecimento dos condicionantes externos (políticas públicas, legislação de ensino e pesquisa, destinação de recursos, políticas das agências de fomento nacionais e internacionais, etc) e internos à instituição (história, cultura e identidade institucional, objetivos e metas perseguidos, desenho organizacional, modelo de gestão, etc). A adesão da comunidade universitária (no caso do ensino superior) é outro requisito básico para que se desenvolvam os processos avaliativos de forma participativa, democrática e emancipatória¹.

A avaliação envolve questões teóricas e políticas.

A ANPED², em documento datado de 1987, o qual se mantém bastante atual, expressa a seguinte **concepção de avaliação**, que vem ao encontro das discussões que vimos travando no âmbito da graduação, ou seja:

- ✓ processo crítico, associado a uma vontade política de transformação da universidade que temos na universidade necessária a uma sociedade democrática, justa e moderna;
- ✓ processo democrático, em que seja garantida a participação dos *agentes* da formação na construção/reconstrução de sua própria história e ao qual seja assegurado o acesso das várias instâncias implicadas no próprio exercício da avaliação;
- ✓ proposta pedagógica, formativa dos agentes que atuam

* Professora da PUC-SP, Presidente da Comissão de Especialistas. Gestão 1996-2000.

¹ "A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais". "Os conceitos básicos envolvidos nessa proposta são: emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa". Parte da descrição da realidade, segue a crítica dessa realidade e chega na criação coletiva. "Localiza-se na chamada abordagem qualitativa, sem desprezar a quantitativa. Caracteriza-se por métodos dialógicos e participantes; predomina o uso de entrevistas livres, debates, análise de depoimentos, observação participante e análise documental" (Saul, 1998 pp.105 a 107).

² ANPED, Relatório da Comissão de Avaliação sobre a Pós-Graduação, X Reunião Anual da entidade, realizada em Salvador, em maio de 1987.

nos programas (nos cursos), em oposição a uma postura classificatória dos mesmos (citado em Saul e Abramowicz, 1997).

Recorro a documento elaborado no âmbito do processo avaliativo institucional desencadeado na PUC-SP (PAIPUC, out./1997, pp. 13 e 14) que apresenta alguns comentários pertinentes que complementam o acima exposto:

"A avaliação só terá significado se se apresentar como uma reflexão de caráter crítico sobre uma prática que tem como intenção colaborar para a construção da Universidade, na sua articulação com a sociedade na qual se insere". (...) "Nos cursos de Graduação, é preciso superar a idéia de uma avaliação centrada apenas na aprendizagem dos alunos e proporcionar uma visão ampla e aprofundada da prática educativa na Universidade para, a partir da análise dos problemas, encaminhar propostas com vistas a sua superação".

A avaliação institucional tem pois caráter crítico, global e sistemático

Nas reflexões feitas sobre esta complexa questão, freqüentemente são assinaladas variadas questões que dizem respeito tanto à avaliação em geral quanto à avaliação institucional educacional. Tomo algumas delas, apenas para exemplificar:

✓ Não existe, de antemão, um método de avaliação melhor que outro. Ao contrário, "ao compreender a avaliação no bojo da ação educacional, ela se expressa como uma dimensão de prática social que influencia e é influenciada pelos contornos que a cercam" (Saul, 1998).

✓ São freqüentes os modelos centrados numa visão tecnicista de avaliação (produtos e resultados) que conduz ao perigoso caminho de uma atividade avaliativa de caráter burocrático.

✓ São comuns os termos avaliação quantitativa e avaliação qualitativa e, apesar do predomínio corrente do primeiro em agências governamentais e instâncias administrativas, forma-se um consenso crescente de que uma função central na avaliação é o aperfeiçoamento da qualidade da educação pretendida, englobando o ensino, a pesquisa e a extensão. Perseguir a qualidade na educação é um objetivo inquestionável. No entanto, são muitos os sentidos

que se atribui ao conceito de qualidade³, ou seja, é preciso captar seu sentido no seio da educação, da formação, da prática educativa no "horizonte da ampliação da boa qualidade no processo de construção e socialização do conhecimento" (Rios, 1998).

✓ A avaliação serve a várias lógicas. É preciso se debater a lógica da avaliação. A política nacional da educação parece impregnada pela lógica empresarial, caracterizada pela busca *qualidade total*, usualmente caracterizada na esfera produtiva pela eficiência, controle, competitividade, um modelo importado da administração para a educação (atingindo inicialmente as instituições particulares e posteriormente as instituições públicas de ensino superior) e que, do mesmo modo que outros vários conceitos da moda (globalização, neoliberalismo), é considerado por defensores de determinada corrente hegemônica como um movimento irreversível.

✓ Quantidade e qualidade na avaliação formam um binômio:

"Quantidade aponta para o horizonte da extensão. Vida longa, casa grande, bom salário, anos de estudo são expressões que acentuam a necessidade quantitativa. (...) Qualidade, por sua vez, aponta para a dimensão de intensidade. Tem a ver com profundidade, perfeição, principalmente com participação e criação. Está mais para o ser do que para o ter. (...) A intensidade da qualidade não é da força (som intenso, por exemplo), mas da profundidade, da sensibilidade, da criatividade" (Demo apud Rios, 2001:75).

Portanto, não podem se contrapor:

"A qualidade deve ser tratada junto com a quantidade: (...) em uma democracia plena, quantidade é sinal de qualidade social (...)" (Cortella apud Rios, 2001:75)

Reconhecendo que a avaliação pode servir a inúmeros propósitos, buscarei situar a temática em reflexão nos contextos do reordenamento do sistema educacional brasileiro e da área do Serviço social

Cabe ao MEC a coordenação da avaliação dos Cursos, programas e instituições de ensino superior. Todos conhecemos a trajetória que se seguiu a esse reordenamento:

³ Sobre este tema ver, entre outros, Terezinha Azereido Rios, 2001.

- ✓ Implementação do sistema de avaliação:
 - o Constituição das comissões de especialistas;
 - o Provão;
 - o Credenciamento e credenciamento dos cursos;
- ✓ Elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação:

o Coordenação do processo pela SESu, o que foi modificado pelo Decreto no. 3 860 de 9 de julho de 2001, o qual remete ao INEP a avaliação dos cursos e instituições de ensino superior (organização e execução); qualquer curso que não seja de universidade ou de centro universitário terá sua autorização decidida pelo MEC, restringindo, assim, a ação do CNE.

Retomo, aqui, apenas para relembrar, como esse processo se deu na na área do serviço social:

- ✓ A avaliação é histórica nos cursos de Serviço Social, desde os primórdios de constituição da ABESS; embora estivesse centrada em questões curriculares;
- ✓ Em 1982, com a inclusão do Serviço Social como área de conhecimento (na grande área de ciências sociais aplicadas) nos órgãos de fomento à pesquisa e à formação docente (CNPq e Capes), bem como com a expansão da inclusão dos cursos de Serviço Social nas universidades e principalmente com a criação da pós-graduação, ampliou-se o processo de avaliação dos cursos de Serviço Social;
- ✓ Por ocasião da implantação do atual sistema nacional de avaliação, já vínhamos trabalhando no Currículo Mínimo (aprovação se deu em Assembléia da ABESS de 8/11/96) e portanto fomos uma das primeiras áreas a apresentar a Proposta de Diretrizes Curriculares;
- ✓ Constituição pelo MEC/SESu da primeira comissão de especialistas, com ampla participação da ABESS (aliás essa é uma das particularidades do Serviço Social);
- ✓ Estabelecimento dos padrões de qualidade para os cursos de Serviço Social, sempre com base nas diretrizes curriculares e com ampla discussão pelo coletivo; a busca de transparência e participação foi uma constante em todo o processo;
- ✓ Provão: não há previsão de quando ocorrerá no Serviço Social;
- ✓ Faltam dados globalizadores da situação de expansão do

ensino de graduação no Brasil (o que pode em parte ser explicado pela própria fragmentação do sistema nacional, que não globaliza dados existentes);

Para finalizar, coloco aqui alguns pontos para nossa reflexão no contexto da ABEPSS:

- ✓ Há forte expansão do ensino privado no Brasil (segundo o Ministro da Educação, barrar o crescimento do ensino superior é elitismo). Esta tem sido a política para o ensino superior no Brasil. E com relação ao Serviço Social:
 - o Devem ser criados novos cursos? Quantos, quais, onde?
- ✓ Sistematização das avaliações geradas nas várias instâncias competentes e acompanhamento da expansão da área: não há construção coletiva e/ou totalizante. O próprio conhecimento das comissões de especialistas é restrito. A avaliação externa da CAPES, no âmbito da pós-graduação, por exemplo, no que pese as dificuldades existentes, é muito mais participativa com efetivo acompanhamento de representantes das áreas de conhecimento.
- ✓ Provão: é uma realidade;
 - o qual será nossa participação na sua elaboração; como vamos intervir?
- ✓ A avaliação do Serviço Social deve apreender as diversas esferas da formação, da graduação à pós-graduação.
 - o ABEPSS poderia suscitar pesquisas de caráter avaliativo.
- ✓ Há especificidades na área que precisam ser garantidas, sem o que seremos avaliados pelos parâmetros das ciências exatas, das áreas científicas estrito senso, perdendo a possibilidade de firmarmos uma identidade que é própria do serviço social.
 - o ABEPSS poderia propiciar espaços de debates interprofissionais de modo a aprofundar essas questões, pelo menos na grande área das ditas ciências sociais aplicadas.

Agradeço à ABEPSS o honroso convite que me foi feito para participar deste evento e espero de algum modo ter contribuído para o aprofundamento de nossas reflexões. Muito obrigada.

Referências Bibliográficas

- SAUL, Ana Maria. (1986). Avaliação emancipatória: uma proposta democrática no contexto da avaliação educacional. IN; Cappelletti, I.F. e Masetto, M.T. (orgs.), **Ensino superior: reflexões e experiência**, São Paulo, EDUC.
- SAUL, Ana Maria. (1988). **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo, Cortez.
- SAUL, Ana Maria, e ABRAMOWICZ, Mere. (1997). Avaliação da pós-graduação: superamos os limites? **Educação Brasileira** Vol. 19, No. 38, jan./jul. Brasília, CRUB.
- SAUL, Ana Maria (1998). Avaliação participante: uma abordagem crítico-transformadora. Rico, Elizabeth Melo (org) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**, São Paulo, Cortez, IEE-PUCSP.
- RIOS, Terezinha Azeredo (1998). Ver mais claro para caminhar mais longe. Rico, Elizabeth Melo (org) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**, São Paulo, Cortez, IEE-PUCSP.
- _____. (2001). **Compreender e ensinar - por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo, Cortez.

FÓRUM NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

Juliana Dantas Cosac*

Este Fórum constitui um momento de grande importância para reflexão e debate sobre a Avaliação Institucional no curso de Serviço Social na perspectiva de encontrarmos uma Avaliação que esteja condizente com uma avaliação universitária, capaz de responder as especificidades de nossas Diretrizes Curriculares sem ferir o Código de Ética do Assistente Social.

Trago a deliberação retirada por todos estudantes que participaram do XXIII Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESS, que se realizou em Brasília-DF, nos dias de 21 a 26 de julho do corrente ano, referente ao Provão.

Sabemos que não é recente o debate sobre Avaliação Institucional no Serviço Social. Vale lembrar que foi na UFF/Niterói que se realizou o I Fórum Nacional sobre o Provão no curso, em outubro de 1998. Depois deste momento, vários debates foram realizados, com a presença da ABEPSS e do CFESS, especialmente nos nossos fóruns estudantis. O mais recente desses fóruns foi o X Seminário Nacional sobre Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, em Vitória/ES, em setembro de 2000, que teve como tema: "Avaliação Institucional: construindo estratégias e propostas para o Serviço Social", que contou com a ABEPSS em diversas mesas.

Portanto, temos construído acúmulo de debates e reflexão sobre o significado do Provão para a universidade brasileira. O Provão, constitui-se num processo carregado de conceitos vazios. Da forma como está colocado, reproduz a fragmentação da universidade, ao passo que não a avalia como uma Instituição em processo de construção pelos seus diferentes segmentos não levando em conta a relação professores, alunos e funcionários. É dessa forma um instrumento de avaliação unilateral.

Neste sentido encaramos o Provão como uma das formas que

* Estudante de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás; Coordenadora Geral da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

o governo encontrou, para a formação de profissionais técnico-instrumentais, que atenda a demanda do mercado, ou seja, às prioridades do sistema capitalista, que vem com força total no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Entendemos que a universidade tem o dever de formar profissionais capazes de propor e agir, criticamente, na realidade onde estão inseridos, respondendo às demandas e problemáticas postas pela sociedade. E, para isso, é de fundamental importância que seja respeitada a liberdade e a autonomia da universidade. Neste ponto, o Provão mostra-nos indicativos de autoritarismo, como por exemplo, quando delibera de forma externa os caminhos da universidade reforçados pela falta de transparência de alguns de seus importantes processos de avaliação, uma vez que a sociedade e, em particular, a maioria de professores, alunos e funcionários, é alijada da participação nesse processo.

O Provão contribui com a proliferação de Instituições de Ensino Superior Privadas, as quais priorizam o eixo ensino, estimuladas pelo caráter mercadológico do sistema capitalista. Portanto, estas Instituições secundarizam a pesquisa e o estágio/extensão, ao mesmo tempo que supervalorizam o "aulismo", que acaba sendo colocado como a maior expressão da formação profissional - acadêmica dos estudantes. Nesta perspectiva, reproduzem somente as disciplinas ministradas, sem considerar as condições nas quais são aplicadas. Chamamos aqui a responsabilidade da ABEPSS para com a qualidade de ensino oferecida por estas escolas, ao passo que não são colocadas nas novas Diretrizes Curriculares a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A exemplo disto observamos algumas escolas que, ao invés de investirem em projetos de pesquisa e extensão, criam cursinhos pré - Provão, sorteiam prêmios e bolsas para os melhores colocados. Na corrida do ensino mercadológico, vale tudo!

Neste ponto, até o governo mostra-se incoerente. Se a Avaliação Institucional não tem o papel punitivo e de ranking das universidades, por que o MEC se propõe a sortear bolsas de mestrado para os melhores colocados e punem os maus colocados, que perdem o direito ao crédito educativo? Desvirtua, assim, a idéia de Avaliação INSTITUCIONAL, passando a responsabilidade para os então considerados "consumidores" do Ensino Superior.

No Serviço Social, observamos que o Provão acaba pôr ferir nosso projeto ético - político, o qual defende uma universidade pública, democrática, gratuita e de qualidade social pautada no tripé ensino,

pesquisa e estágio/extensão. Afirmamos, mais uma vez, que o Provão fere nosso Código de Ética, na medida em que sua aplicação não respeita as particularidades dos diversos processos de formação, pautados em específicos projetos profissionais. O Provão homogeniza as especificidades quando unifica e padroniza os processos avaliativos.

Neste sentido, gostaríamos de fazer um apelo, um chamado à categoria, Assistentes Sociais e Professores, para refletirmos esta questão dentro de nosso Código de Ética. A Avaliação Institucional, posta da forma como está, fere o Código de Ética do Assistente Social? Até que ponto permitiremos que isso aconteça? O que fazer então? Gostaríamos, agora, de apoiar em um artigo de nosso Código, que diz:

"Art. 4 - É vedado ao Assistente Social:

c) acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código".

Negar o Provão é dizer sim aos princípios e diretrizes que sustentam nossa profissão. É dizer sim à universidade pública e a uma avaliação que se baseie em princípios como o da totalidade. É dizer não à punição, tendo como único objetivo fortalecer nosso projeto de universalidade.

Chamamos a ABEPSS a construir, junto da categoria, um projeto de Avaliação Institucional que seja coerente com a universidade que defendemos e almejamos. Chamamos a ABEPSS para contribuir, na discussão em cada escola, em cada departamento, em cada sala de aula sobre o que representa o Provão para o ensino superior brasileiro. Chamamos a ABEPSS e o conjunto CFESS/CRESS para, junto da ENESSO, defender o "NOTA 0", e sair do discurso e colocar em prática a luta pela universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade social, na defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e estágio/extensão.

A ENESSO não participará e será contrária a qualquer inserção de representantes da categoria no processo de implementação do Provão no Serviço Social e lutará para incorporar docentes e Assistentes Sociais na luta pelo "NOTA 0".

A defesa da tática do "NOTA 0" é o enfraquecimento do Provão e o fortalecimento da legitimação de nossa proposta de avaliação.

Não temos medo de sermos avaliados! Provão, o Serviço Social não faz. Pôr uma avaliação de verdade!

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL - A POSIÇÃO DA ABEPSS

Maria Aparecida Tardin Cassab*

Eu estou aqui como presidente da ABEPSS e a minha fala vai estar relacionada a esse lugar, desse modo ela traz uma especificidade, que é a de ser uma fala que carrega múltiplas vozes.

Se vocês olharem nas suas pastas, verão que, do lado direito ao alto, está um selinho que tem escrito ao fundo 55 anos. A ABEPSS faz em 2001, 55 anos. Eu chamo a atenção para essa idade, que já é uma idade bem respeitável, não só por sua perenidade, mas também por algumas características que a tornam bastante peculiar.

A primeira delas é que a ABEPSS é uma associação ligada a um campo de conhecimento e profissional bastante antiga e que no conjunto das associações, ela tem uma característica que me parece muito interessante que diz respeito ao ensino de graduação, ou seja, seu grande investimento ao longo de toda sua existência com a formação dos assistentes sociais no Brasil. A maior parte das associações ligadas às áreas de conhecimento é de associações que se ocupam prioritariamente da pós-graduação e pesquisa. Poucas são aquelas que têm intervenção maior diretamente na área de ensino e de construção do currículo de graduação.

A segunda característica é a de, justamente, buscar integrar o ensino e a pesquisa, a graduação e a pós-graduação em um conjunto que, através de sua prática, realiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental de uma universidade de qualidade.

A prof. Mariangela Wanderley, que há muito tempo milita nesse campo, falou-nos de toda uma história da ABEPSS e da preocupação que esta entidade vem tendo com as definições dos currículos mínimos no Serviço Social e, pós LDB, com as Diretrizes Curriculares. A Prof. Mariangela já fez um levantamento sobre isso, o que torna desnecessário voltar a este ponto.

Porém, eu queria ressaltar essa preocupação da ABEPSS com o currículo de graduação para dar fundamento à tese central que vou tentar desenvolver rapidamente nesse espaço: quero afirmar que a questão da avaliação institucional nos cursos de Serviço Social está ligada à questão da aprovação e a implantação das Diretrizes Curriculares, que construímos

* Professora da UFF, presidente da ABEPSS gestão 2001-2002.

num amplo trabalho coletivo. Esta tese que estamos formulando aqui tem sua base no princípio de que é impossível dissociar os processos de seus meios e fins e, ainda, os meios dos fins que pretendem realizar. E é isso que se faz quando se trabalha a idéia da avaliação institucional como um fim em si mesmo.

Apesar desse fórum ser mais especificamente sobre avaliação institucional, nós da ABEPSS não fazemos essa dissociação. Pois, ao dissociar as discussões em torno da implantação das diretrizes curriculares, corremos o risco de despolitizar a avaliação, esvaziar a avaliação dos seus conteúdos processuais, nos quais a questão da democracia é fundamental.

O processo de construção das diretrizes, bem como a luta por sua aprovação, foi e continua sendo um processo, essencialmente, democrático. Nesse processo de construção das diretrizes, a ação da ABEPSS no chamamento de todos os sujeitos políticos a participarem de sua definição acrescenta uma qualidade fundamental a todo esse trabalho.

Da mesma forma que as diretrizes que construímos foram sustentadas num amplo debate, a questão da avaliação institucional também deve se inscrever neste movimento. Esse debate, inclusive, nos possibilitou fecundar o próprio campo de produção teórica do Serviço Social, pois nos ajudou a trazer nossas polêmicas, a trazer novas discussões, ou seja, foi um debate propiciador de que pudéssemos descortinar novas questões para o Serviço Social como um todo.

Para isso, é preciso que no debate sobre a avaliação institucional sejam localizados os sujeitos políticos e que estes sejam convidados para assumirem todo o processo. Nesse sentido, a pauta da avaliação institucional se afigura imensa e extremamente complexa, não podendo se resumir à definição de instrumentos de medidas.

De imediato precisamos qualificar dois parâmetros aos quais nos referimos corretamente: qualidade do ensino e a "sociedade" como avaliadora. É certo que a qualidade do ensino é uma questão importante, quando pensamos em parâmetros para a avaliação institucional. Falamos então sobre qualidade no ensino, como se isso fosse suficiente para definir todo o debate. Esse que parece um consenso, na realidade precisa ser substantivado. Qualidade para quê? Qualidade para quem? Quem avalia a qualidade? Do mesmo modo, a afirmação apressada de que "a sociedade é quem nos avalia" é muito fraca, ela é muito frágil. O que estamos objetivamente falando quando usamos essa expressão "sociedade"? Hoje, mais do que nunca, e a prof. Miriam Cardoso e o prof. Francisco Palharini já destacaram isso em suas exposições, a sociedade está

sendo confundida com o mercado. É o mercado que nos avalia? Essa é uma questão muito complicada no sentido de que não podemos integrar, nem entregar, a formação dos assistentes sociais às leis do mercado. Nem às leis do nosso mercado de trabalho profissional específico, o que significa restringir a formação ao que o mercado de trabalho deseja, e nem tampouco, às chamadas leis de mercado em geral, na medida em que a educação vira um campo privilegiado de acumulação.

Nesse sentido, é que estamos afirmando que é central a questão do processo democrático de discussão da avaliação institucional. Ele precisa envolver esses sujeitos políticos e nesse momento a ABEPSS se apresenta como um desses sujeitos, numa arena política de debate. Esse é o fundamento desse fórum, com ele pretendia-se fazer esse convite. Creio que, num certo sentido, ele já alcançou seu objetivo.

Aqui estão alguns dos sujeitos que puderam vir debater, trazer a sua voz, trazer seu ponto de vista sobre a avaliação e suas concepções sobre seus objetivos e processualística. Os convites a ENESSO, ao INEP / MEC vêm nesse sentido, de abrir arenas políticas para que os sujeitos envolvidos nesse processo possam surgir, em suas diferenças, como interlocutores capazes de darem direção e formularem rumos para a avaliação institucional.

Se partirmos do ponto de vista de que nada é irreversível, nada é inexorável, vamos ser capazes de vislumbrar possibilidades diversas daquelas que se apresentam como dadas. Não precisamos acreditar que esse mundo é o melhor dos mundos e que este é o único mundo possível, justamente o mundo regido pelo mercado.

Nesse ponto, então, retorno a minha afirmação inicial, que a compreensão da avaliação institucional nos cursos de Serviço Social não está fora das nossas responsabilidades relativas à implantação das diretrizes. E aí a avaliação não se restringe ao "provão" e a avaliação das condições de oferta, mas envolve a capacidade que temos hoje de produzirmos conhecimento, de sustentarmos essa implantação, de sustentarmos nossas polêmicas teóricas, de estabelecermos estratégias pedagógicas para o atendimento aos múltiplos desafios que se impõem na consecução de um currículo com o caráter que imprimimos ao nosso. Por outro lado, precisamos, em nosso diálogo com aqueles com os quais trabalhamos diretamente, sermos capazes de divisar qual é o lugar do Serviço Social hoje no enfrentamento da questão social. Na prática significa conhecer suas expressões e as variadas formas pelas quais os segmentos dos trabalhadores em sua luta cotidiana pelo direito à vida enfrentam a

questão social. Nesse aspecto também, é necessário recuperar que os caminhos apontados pelas diretrizes não despolitizam a questão social, tratando-a como um caso para gestão competente-qualificada, mas que, ao contrário, têm-se a questão social e a sua gestão como uma questão política.

Do mesmo modo, não é possível pensar que a avaliação se resume à construção de bons parâmetros, com razoável caráter de universalidade, a partir de indicadores precisos, como se a questão fosse apenas de fazer uma avaliação competente, porque todos os padrões e todos os indicadores nos levam à questão de *quem avalia os avaliadores*, parafraseando Marx que perguntava quem educa os educadores.

Estamos diante de uma problemática muito mais complexa, e aí é preciso ter clareza de quais os instrumentos de controle social que essa avaliação pode conter sobre o ensino superior no Brasil e quais possibilidades ele, e controle social, pode gerar nessa direção.

A disposição da ABEPSS é firme no sentido que esses controles tem que ser, necessariamente, os mais amplos e democráticos, com a intensa participação de todos os interlocutores envolvidos. Controle, inclusive, sobre as questões que envolvem os próprios fundos públicos que são investidos nas universidades e de sua destinação, controle social ainda sobre as formas de atendimento às recomendações feitas pelos organismos internacionais sobre o modelo de educação superior a ser implantado no contexto da reforma do Estado brasileiro. Esta seria uma parte dessa argumentação que pretende demonstrar que é central a democratização desse processo de construção da avaliação institucional.

A segunda parte da argumentação é específica sobre as nossas condições de existência hoje e nos traz um desafio imenso.

Como o prof. Orlando Pilati mostrou, temos uma ampliação de vagas nas unidades de ensino particulares. Aqui é necessário ainda fazer uma distinção entre as que são confessionais e aquelas que estão mais diretamente submetidas às leis do mercado. E nesse sentido, a ABEPSS tem noção e plena consciência da gravidade, da responsabilidade que ela tem ao encaminhar essa discussão nas unidades de ensino privadas submetidas às condições do mercado de forma mais direta.

Nelas o diálogo e a ação em torno da implantação das diretrizes precisam ser balizada por algumas condições suficientemente claras e inequívocas, no sentido daquilo que é indispensável em termos de formação dos assistentes sociais. Esta formação, muitas vezes, está, como sabemos, bastante submetida às condições impostas por uma política que rima educação com lucro, inclusive com interferência direta na condição de trabalho dos docentes.

A ampliação dos cursos de Serviço Social, a partir da política de ensino superior implementada pelo MEC nos últimos anos que privilegia a iniciativa privada no campo da educação superior, é uma questão que já vem sendo debatida desde o seminário nacional que fizemos em 1999. A prof. Mariangela Wanderley mostrou, e por isso não aprofundo esse ponto, que o desafio em relação às unidades de ensino privadas só fez aumentar, na medida em que se teve uma abertura de um número significativo de cursos em dois anos.

As questões que discutíamos em 1999, no texto da reforma do ensino superior, são ainda questões importantes e pertinentes. No mesmo seminário, a ABEPSS chamava a atenção para a questão da democracia no processo de avaliação institucional, quando recusávamos um modelo de avaliação baseado numa universidade produtivista: quantos alunos são formados; quantas matrículas são efetivadas; quanto tempo leva para integralizar o curso; que notas os alunos tiram no "provão" etc. Recusamos esse modelo de avaliação na época e continuamos a recusá-lo. Por isso, afirmamos que a avaliação institucional dos cursos de Serviço Social só tem sentido quando considerada no contexto do processo de implantação de nossas diretrizes curriculares. Esse é o nosso desafio.

A ABEPSS sustentou-se nesses 55 anos de vida porque teve, em sucessivas gestões, grande capacidade de produzir debate, de chamar ao debate, construindo um espaço democrático para a discussão do Serviço Social.

Vou terminar minha fala recuperando a idéia que a prof. Miriam Cardoso falava hoje de manhã. Vivemos hoje num mundo em que se tem uma ideologia forte de que fora do mercado não há vida social possível. Não é verdade, é bastante provável ser possível ter outras formas de vida fora daquelas ditadas pela lei do mercado.

Essa ideologia afirma ainda que, a partir de um ponto de vista que homogeneiza as intenções e interesses, é possível melhorar um pouco as coisas. Se as coisas não estão boas, e de fato não estão, podemos ser defensivos e ir reagindo, tentando segurar algumas coisas que ainda temos, muitas vezes negociando alguns princípios.

Contra essa ideologia a Profa. Miriam, hoje de manhã, fez um chamamento, algo que eu venho pensando muito, que é o chamamento à negatividade que a crítica traz com sua capacidade de produzir o novo.

É preciso descobrir no mundo, é preciso enxergar no mundo as possibilidades da sua negação. Sabemos que a História é plena de possibilidades. As possibilidades que não se realizam ficam no passado. Elas ficam como história, porque outras possibilidades se

realizaram, mas elas existiram naquele tempo.

É possível realizar a crítica ao modelo proposto de avaliação institucional na ação de implantação das diretrizes, através de um debate amplo e democrático, em que os sujeitos possam comparecer nessa arena política e que se tenha oportunidade de debater. A expectativa é que, desse debate, se possa descobrir todas as possibilidades que estão oclusas e que, muitas vezes, presos à ideologia que afirma que não há saídas e que o que está dado é inevitável, é inexorável, deixamos de considerar e aí se perde a possibilidade de fecundar o mundo e de produzir novas alternativas.

Neste sentido, não é possível concordar com a concepção de avaliação como corretivo de problemas pontuais. A avaliação pode ser um indicador, mas que só ganha sentido no contexto da política do ensino superior, a avaliação institucional pode ser um de seus elementos, mas seus conteúdos serão necessariamente definidos a partir dos objetivos definidos por essa política. Temos vários problemas em relação à capacitação docente, à infra-estrutura, à formação dos nossos projetos acadêmicos, mas entendo que isso é uma discussão que tem que ser feita dentro da própria discussão sobre a política do ensino superior no Brasil, das suas finalidades, das suas direções e dos fundos que são alocados para este ensino. Esse é um trabalho de longo prazo e que envolve embates entre interesses muitas vezes em oposição.

Por outro lado, precisamos assumir algumas tarefas de imediato. A primeira tarefa que a ABEPSS cumpre aqui é a de abrir esse debate. Dando continuidade, fica o compromisso de fazer uma publicação em torno dele. Publicaremos um volume para poder fazer circular essas idéias, pois o debate se amplia também com o material que se vai produzindo.

Um segundo compromisso, ainda que se queira fugir da dicotomia de instituição pública e privada, é o de, na universalidade, buscar trabalhar a questão da avaliação institucional, também, a partir das suas particularidades. Ressalta-se aí, no processo de implantação das diretrizes, o esforço que já vem sendo feito de apoio às unidades de ensino, através da distribuição de material, do debate, da organização das oficinas, enfim, do conjunto dos instrumentos que temos disponíveis. É o compromisso dessa gestão de continuar este processo, aprofundando-o na direção da avaliação institucional, que é parte também desse processo de implantação das diretrizes.

As diretrizes definem os nossos rumos, são o nosso norte estratégico e a definição do perfil e objetivos da formação. É nesse sentido que vamos caminhar, porque estamos construindo isso coletivamente.

Muito obrigada por sua atenção

DADOS E DOCUMENTOS

O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR : TENDÊNCIAS EM 2001

- ✓ Expansão do SES (IES, cursos, matrículas)
- ✓ Aumento dos cursos noturnos
- ✓ Interiorização
- ✓ Diversificação (IES, Cursos, Alunado)
- ✓ Flexibilização
- ✓ Maior qualificação docente
- ✓ Cultura de avaliação
 - Maior democratização do acesso
 - Mais qualidade do Ensino, Pesquisa e Extensão

O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: EVOLUÇÃO - MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO

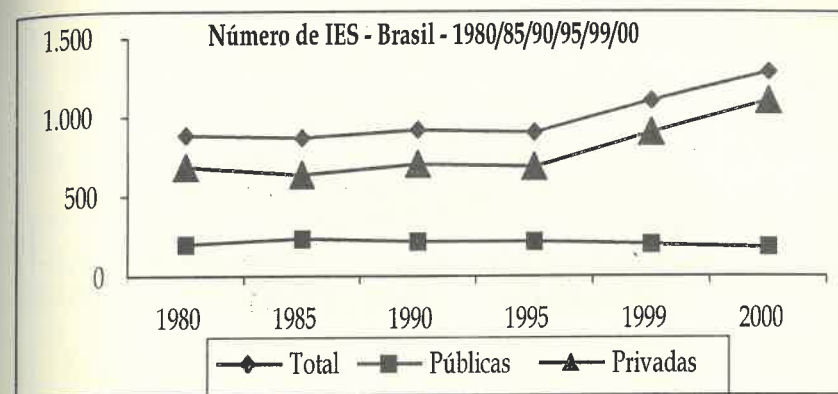
Por categoria administrativa - Brasil -1991/94/99

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1991	1.565.056	320.135	202.315	83.286	959.320
1994	1.661.034	363.543	231.936	94.971	970.584
1999	2.377.715	442.835	303.178	87.080	1.544.622
Taxas de Crescimento %					
1991/94	6,1	13,6	14,6	14,0	1,2
1994/99	43,1	21,8	32,9	-8,3	59,1

O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: EVOLUÇÃO N° INSTITUIÇÕES

Instituições de Ensino Superior - Brasil - 1999/2000

Ano	Total	Públicas	Privadas	Capital	Interior
1999	1.097	192 (17,5%)	905 (82,5%)	37,3%	62,7%
2000	1.280	181 (14,1%)	1.099 (85,9%)	36,2%	63,8%



Fonte: MEC/INEP/SEEC e SIED_Sup 2001 (Dados preliminares)

O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: EVOLUÇÃO N° CURSOS

Cursos de graduação e taxa de crescimento (%) segundo as Regiões - 1990 - 2000

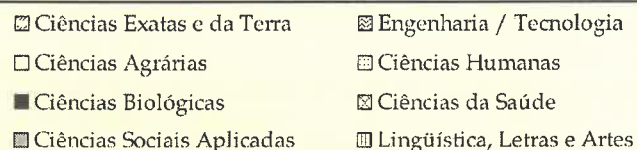
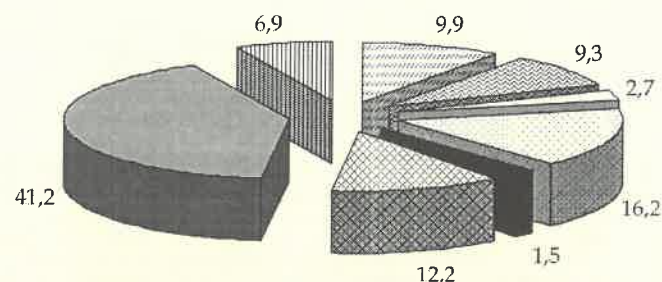
REGIÃO	1990		2000		Tx. Cresc. % 1990/2000
	Total	%	Total	%	
BRASIL	4.712	100,0	10.224	100,0	117
Norte	175	3,7	569	5,5	225
Nordeste	750	16	1.604	15,7	114
Sudeste	2.432	51,6	4.851	47,5	100
Sul	977	20,7	2.256	22,1	131
Centro-Oeste	378	8	944	9,2	150

Fonte: SEEC/INEP/MEC - SIED-Sup- Dados Preliminares

O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: EVOLUÇÃO - MATRÍCULAS POR ÁREA

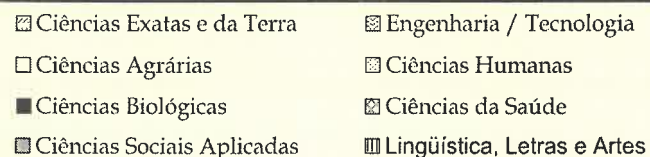
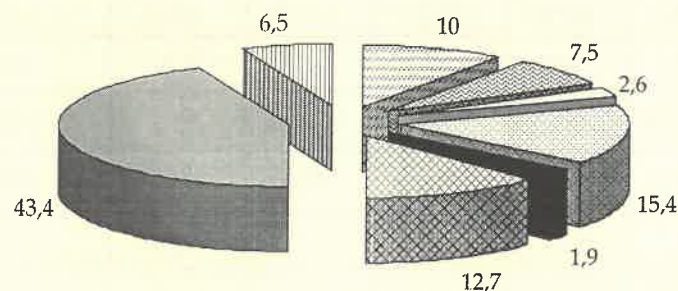
Matrículas na graduação por grandes áreas do conhecimento - Brasil -1994-1999

% DE MATRICULAS NA GRADUAÇÃO - BRASIL - 1994



Fonte: MEC/INEP/SEEC

% DE MATRICULAS NA GRADUAÇÃO - BRASIL - 1999



O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: EVOLUÇÃO - QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Distribuição das funções docentes em exercício por grau de formação e taxas de crescimento Brasil - 1990/1994/1999

Grau de Formação	1990		1994		1999		Tx. Cresc. 1990/99
	Total	%	Total	%	Total	%	%
Total	131.641	100,0	141.482	100,0	173.836	100,0	32,1
Mestrado	27.753	21,1	569	5,5	50.849	29,3	83,2
Doutorado	16.939	12,9	1.604	15,7	34.937	20,1	106,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC

O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESUMO - 1999

Categoria Administrativa	Nº de IES	Nº de Cursos	Nº de Matrículas	Matrículas Noturno
Sector Público	17,5 %	39,3%	35,1%	22,5%
Sector Privado	82,5%	60,7%	64,9%	77,5%

Fonte: MEC/INEP/Censo do Ensino Superior 1999

O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: TENDÊNCIAS EM 2001

Reordenamento e institucionalização do Sistema de Avaliação do Ensino Superior

- ✓ **Setor institucional:** emergência de iniciativas de avaliação independentes
- ✓ **Setor público (MEC):** reorganização e aprimoramento das ações da SESu e do INEP (Dec. 3.860/01)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES DE ESPECIALISTAS DE ENSINO
COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL

**PADRÕES DE QUALIDADE PARA
AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO
DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL***

Brasília/ 2001

* Documento com Sugestões da ABEPSS.

SUMÁRIO DO DOCUMENTO

Apresentação

I - Descrição da área de Serviço Social

- 1 . Breve histórico
- 2 . situação Atual
- 2.1. Distribuição Regional dos cursos de graduação (número de candidatos, número de vagas, relação candidatos/vagas e demanda profissional)
- 2.2. Distribuição Regional dos cursos de pós-graduação
- 3 . Perfil do profissional
- 4 . Mercado de Trabalho
5. Diretrizes Curriculares *SUGESTÃO: Que este ponto enfatize o processo de transição dos currículos, o processo de construção da reforma curricular nas unidades de ensino*

II - Padrões de Qualidade

- 1 - Caracterização da Instituição de Ensino e do Curso de Serviço Social
- 2 - Projeto Pedagógico
- 3 - Corpo Docente
- 4 - Administração Acadêmica
- 5 - Corpo Discente
- 6 - Infra-Estrutura

APRESENTAÇÃO

O presente documento - Padrões de Qualidade para a Área de Serviço Social - contém os referenciais, sob forma de indicadores, padrões de qualidade e critérios para análise dos processos de autorização e reconhecimento de cursos de Serviço Social.

Elaborado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, este documento apresenta os padrões de qualidade requeridos para o progressivo aperfeiçoamento da formação profissional.

Pautou-se no diagnóstico obtido na Caracterização da Área de Serviço Social (MEC/SESU/COESP, 1997), no amplo debate estabelecido pelas Unidades de Ensino, nos anos 90, sobre o projeto da formação e do exercício profissional e, nos requisitos estabelecidos pela legislação em vigor.

Trata-se de um instrumento de trabalho norteador dos processos de planejamento e avaliação das unidades de ensino, bem como de especialistas, assessores e agentes envolvidos no ensino de Serviço Social. Objetiva apoiar e impulsionar a consolidação de mudanças necessárias à formação universitária comprometida com a produção e difusão do conhecimento crítico e inovador a serviço da coletividade.

O presente documento está estruturado a partir de três conjuntos de informações:

IES - Instituição de Ensino Superior - informações a serem fornecidas pelas IES que está solicitando a autorização para funcionamento de curso ou pedido de reconhecimento;

MEC - Orientação sobre os itens a serem analisados pela Comissão de Avaliação

PADRÕES DE QUALIDADE - definição dos indicadores e padrões mínimos de qualidade que norteiam a avaliação

I - DESCRIÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL (A ELABORAR)

- 1 . Breve histórico
- 2 . situação Atual
- 2.1. Distribuição Regional dos cursos de graduação (número de candidatos, número de vagas, relação candidatos/vagas e demanda profissional)
- 2.2. Distribuição Regional dos cursos de pós-graduação
- 3 . Perfil do profissional
- 4 . Mercado de Trabalho
5. Diretrizes Curriculares *(ver sugestão na pág. 2)*

II - PADRÕES DE QUALIDADE**1 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES) E DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL****A) A IES deverá apresentar:****1. Dados Gerais da Instituição:**

- a) denominação (mantenedora e mantida);
- b) Endereço;
- c) histórico da IES, suas principais atividades e áreas de atuação;
- d) elenco dos cursos autorizados, reconhecidos em funcionamento e em reconhecimento, bem como número de vagas de cada um, de candidatos por vaga no último vestibular, número total de alunos, e número e tamanho das turmas.
- e) planejamento econômico-financeiro da instituição; previsão de implantação em caso de curso proposto, com indicação de fontes de receita e principais elementos de despesa;
- f) caracterização da infra-estrutura física a ser utilizada para cada curso.
- g) demonstração dos resultados das avaliações da instituição e de seus cursos já realizadas pelo MEC.
- h) documentação relativa à regularidade fiscal e parafiscal;

2. Dados Gerais do Curso de Serviço Social:

- a) ato de autorização, em caso de reconhecimento de curso e início do funcionamento.

- b) em caso de autorização para funcionamento de curso fora da sede, acrescentar: caracterização da localidade, área ou região de influência do novo campus pretendido e dos cursos que o integram, especialmente em termos da oferta de cursos superiores na região;
- c) justificativa da necessidade social do curso;
- d) indicação do responsável pela implantação do curso com a respectiva qualificação profissional e acadêmica;
- e) número de vagas oferecidas no vestibular e número de vagas preenchidas, nos últimos quatro anos, em casos de reconhecimento;
- f) regime de matrícula (semestral ou anual);
- g) regime de curso (seriado ou por crédito);
- h) turnos de funcionamento e número de alunos por turma;
- i) carga horária total para integralização do currículo (prazos mínimos e máximos);
- j) número de concluintes, nos últimos quatro anos em caso de reconhecimento

B) O MEC, avaliará os dados relativos ao curso, a partir dos seguintes critérios:

1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Satisfatório	Insatisfatório	Inexistente
a) Adequação do número de vagas às condições materiais, à quantidade de docentes e à estrutura de apoio;			
b) Adequação entre a duração do curso, turnos e perfil da demanda;			
c) Adequação de carga horária das disciplinas e seus fluxos no tempo previsto para integralização do curso;			
d) Adequação do número de alunos por disciplina, até no máximo de 50, consideradas as exigências didático-pedagógicas;			
e) Adequação do projeto de curso às tendências do mercado de trabalho e desenvolvimento regional e demanda para o curso			
SUGESTÃO: INCLUIR A LETRA f) viabilização do processo de participação democrática na estrutura acadêmico-administrativa da IES e fora da IES.			

PONTOS FORTES E FRACOS:

3. Taxa de Sucesso na Graduação - TSG (Somente para casos de reconhecimento)

$$TSG = \frac{\text{Número de Diplomados}}{\text{Número Total de Ingressantes}}$$

4. Taxa de Ociosidade - TO (Somente para casos de reconhecimento)

$$TO = \frac{\text{Número de Vagas Preenchidas}}{\text{Número Total de Vagas oferecidas}}$$

Preocupação em relação a fórmula de TAXA DE OCIOSIDADE.

SUGESTÃO: Que considere alguns elementos neste cálculo: tempo médio de integralização do curso, índice de evasão calculada em relação à média das IES, índices de reprovação e de trancamento de matrícula

PONTOS FORTES E FRACOS:**2 - PROJETO PEDAGÓGICO**

A) A IES deve apresentar os seguintes dados:

- justificativa e objetivos do curso;
- perfil profissional;
- ementário e respectiva bibliografia;
- grade curricular: disciplinas por semestre/ano; carga horária das disciplinas e relação dos professores responsáveis pelas disciplinas;
- política e condições de estágio supervisionado;
- critérios e formas de avaliação do ensino/aprendizagem;
- normas de elaboração, orientação e avaliação do T.C.C. - Trabalho de Conclusão de Curso;
- atividades pedagógicas complementares: monitoria, iniciação científica, extensão e outras;
- políticas de pesquisa e extensão: vínculos com o ensino. Dimensão interdisciplinar dos projetos, âmbito de

abrangência e relação com as demandas da sociedade

• **SUGESTÃO:** política de estímulo à produção e socialização do conhecimento.

• **SUGESTÃO:** que a análise considere em que estágio encontra-se a implantação do currículo à luz das diretrizes curriculares.

B) O MEC, avaliará os dados apresentados a partir dos seguintes critérios:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Satisfatório	Insatisfatório	Inexistente
a) Atendimento à determinação da Resolução C.F.E. nº 6 de 23/09/82 (Currículo Mínimo em vigor).			
b) Atendimento à Lei 8.662 de 07/06/93 (Regulamentação da Profissão) SUGESTÃO: e ao código de ética profissional.			
c) Explicitação dos objetivos no contexto da discussão atualizada do Serviço Social			
d) Adequação do perfil profissional às tendências contemporâneas da profissão e do mercado de trabalho			
e) Adequação e atualização do ementário à bibliografia e ao perfil profissional			
f) Adequação dos conteúdos das disciplinas e práticas pedagógicas aos objetivos do curso e perfil profissional			
g) Coerência da estrutura curricular aos objetivos do curso e perfil profissional			
h) Flexibilidade da organização curricular			
i) Carga horária das disciplinas e do curso compatível com os objetivos do projeto pedagógico e perfil profissional			
j) Distribuição da carga horária das disciplinas e atividades curriculares obrigatórias (estágio e TCC) com ênfase na formação profissional			
k) Adequação da duração do curso ao turno e demanda			
l) Adequação do número de alunos por disciplina (máximo de 50), consideradas as exigências didático-pedagógicas			
m) Adequação da política de estágio aos objetivos do curso, perfil profissional e tendências do mercado de trabalho			

n) Adequada operacionalização da política de estágio (supervisão docente e de campo, carga horária, sistema de avaliação)			
o) Compatibilização dos critérios de avaliação do processo de ensino-aprendizagem aos objetivos do curso e perfil profissional			
p) Compatibilização das normas do TCC ^(*) aos objetivos do curso e exigências do trabalho científico			
q) Existência e organicidade das atividades complementares (monitoria, Iniciação Científica, PET)			
r) Existência e articulação das políticas de pesquisa e extensão ao ensino			

(*) TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

PONTOS FORTES E FRACOS:

3 - CORPO DOCENTE

A) A IES deve apresentar:

- o currículo resumido, **SUGESTÃO: com a produção científica**, dos últimos cinco (05) anos, de cada docente explicitando: nome do docente, comprovante da maior titulação, áreas de concentração/especialização e instituição/ano de conclusão; disciplinas ministradas nos últimos cinco anos; áreas de atuação e experiência profissional docente e não docente; regime de trabalho e data de admissão na IES;
- o regime de trabalho e a distribuição da carga horária do corpo docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- a política de capacitação e qualificação do corpo docente;
- o plano de carreira e política salarial do corpo docente;
- estabilidade do corpo docente na IES (tempo de permanência docente nos últimos cinco anos);
- participação do corpo docente em órgão de administração acadêmica **SUGESTÃO: na IES e fora da IES: órgãos de representação acadêmica, órgão de fomento à pesquisa, entidades profissionais e científicas, entre outros.**

B) O MEC, avaliará a partir dos seguintes critérios:

1. Qualificação do Corpo Docente:

	Na área do S. Social		Outras Áreas		TOTAL	
TITULAÇÃO	Número	%	Nº	%	Nº	%
Graduação						
Especialização						
Mestrado						
Doutorado						
Total						

Avaliar ainda:

- Adequação do número de docentes proposto (em quantidade por área);
- Adequação da titulação docente proposta;
- adequação da área de conhecimento/especialização com a área de atuação do curso;
- relevância da experiência docente;
- relevância de outra experiência profissional exigida/proposta;

2. Adequação e política de pessoal docente:

- Tradição da IES quanto a qualificação do corpo docente (quando for o caso);
- Plano de qualificação descritivo e quantitativo para os próximos anos;
- Existência de programa de capacitação para melhoria do quadro proposto ao perfil do curso.

3. Adequação do Corpo Docente às disciplinas ministradas:

A IES deverá apresentar:

- a relação do corpo docente dos 02 primeiros anos, para credenciamento e nos últimos 5 anos para credenciamento.

O MEC avaliará:

- o "curriculum vitae", da titulação e da experiência acadêmica e profissional

4. Quantidade de disciplinas ministradas/docentes. **SUGESTÃO:** Ao invés do cálculo restrito às disciplinas ministradas, registrar: Distribuição das atividades docentes/carga horária docente:

- disciplinas
- orientação de TCC's
- orientação de monografias da pg - explicitando lato e strictu senso
- projeto de extensão
- projeto de pesquisa/iniciação científica
- orientação de aluno-monitor
- tutoria
- orientação de aluno do PET
- orientação de aluno bolsista-treinamento
- supervisão de estágio

5. Distribuição da carga horária e participação em outras atividades acadêmicas:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Satisfatório	Insatisfatório	Inexistente
a) disponibilidade de tempo para exercício da coordenação do curso, SUGESTÃO: incluir: coordenação de estágio, chefia de departamento, direção de unidade e coordenação de pg - lato e strictu senso. (mínimo de 10 horas semanais);			
b) previsão de carga horária mínima de 4 horas/mensais para atividades coletivas;			
c) incentivos e apoio institucional a capacitação e titulação do corpo docente;			
d) incentivo e apoio financeiro à participação em eventos técnico-científicos e culturais;			
e) disponibilidade de carga horária para estudo, planejamento e avaliação;			
f) expressão do processo de participação democrática na estrutura acadêmico-administrativa			

6. Estabilidade do Corpo Docente:

A) A IES deverá indicar na tabela abaixo as faixas de tempo em que cada professor fez parte do corpo docente os últimos cinco anos, podendo ser menor ou inexistente em se tratando de curso novo. Um professor é considerado estável se permaneceu no corpo docente, por pelo menos 60% do período considerado.

Nº profs/ situação	199__	199__	199__	199__	199__	Meses Total	Estabilidade sim / não
Total de meses							
Média total de meses/nº							

7. Política de remuneração de docentes:

- política de remuneração do corpo docente;
- plano de carreira docente;
- formas e níveis de remuneração do corpo docente compatíveis com os níveis salariais da região.

PONTOS FORTES E FRACOS:

4 - ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A) A IES deverá apresentar:

- O currículo circunstanciado do Coordenador do Curso, **SUGESTÃO:** e de outros integrantes/responsáveis, quando houver, contendo além das explicitações constantes no item anterior, a comprovação do atendimento à Lei 8662/93 (Regulamentação da Profissão);

- A composição e as atribuições da coordenação e do colegiado;
- Pessoal de apoio técnico e administrativo;

B) O MEC deverá avaliar:

- Qualificação profissional, titulação acadêmica, carga horária e atribuições do coordenador do curso;
- Carga horária e atribuições da administração do curso;

PONTOS FORTES E FRACOS:

5 - CORPO DISCENTE

A) A IES deverá apresentar:

- perfil do aluno;
- política de assistência ao estudante;
- política de apoio e orientação acadêmica;
- programa de bolsas da própria IES e de Órgãos de Fomento;
- participação dos alunos nos órgãos colegiados;
- órgãos do Movimento Estudantil.

B) O MEC avaliará os dados apresentados a partir dos seguintes critérios:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Satisfatório	Insatisfatório	Inexistente
a) adequação da Política de Assistência ao Perfil do Alunado;			
b) adequação da Política de Apoio e Orientação Acadêmica ao Projeto Pedagógico;			
c) adequação do programa de bolsas às demandas estudantis			
d) expressão da participação democrática dos discentes na estrutura acadêmico-administrativa			
SUGESTÃO: da IES: <i>colegiados e conselhos.</i> INCLUIR LETRA e) expressão da participação democrática dos discentes nos órgãos do movimento estudantil. INCLUIR LETRA f) participação em atividades extra-curriculares.			

PONTOS FORTES E FRACOS:

6 - INFRA-ESTRUTURA

A) A IES deve apresentar informações e dados sobre:

- Biblioteca:**
 - acervo de títulos e relação com as referências bibliográficas das disciplinas;
 - relação dos principais periódicos (revistas, jornais), nacionais e internacionais assinados pela biblioteca;
 - política de aquisição e atualização de acervo;
 - espaço físico e condições ambientais para o funcionamento das atividades da biblioteca;
 - recursos e meios informatizados e acesso à base de dados e rede INTERNET;
 - formas de acesso, horários e capacidade de atendimento.
- Laboratórios e demais equipamentos a serem utilizados no curso, destacando o número de computadores e as formas de acesso a redes de informações.
- Edificações, instalações físicas e equipamentos :
 - salas de aula utilizadas pelo curso, destacando área total, capacidade e plano de expansão;
 - salas e gabinetes para professores - indicar quantidade;
 - áreas de circulação, de lazer, de atividades culturais e esportivas, de serviços e sanitários;
 - "lay-out" das instalações especificando ventilação, iluminação, acústica e condições sanitárias;
 - mobiliário, equipamentos e materiais de segurança;
 - equipamentos de reprografia e gráfica;
 - salas de projeção, recursos áudio-visuais: projetores, telas, equipamentos de som, gravadores, etc. (indicar quantidade)

B) O MEC avaliará os dados a partir dos seguintes critérios:

- Biblioteca:**

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Satisfatório	Insatisfatório	Inexistente
a) adequação dos títulos existentes ao currículo do curso;			
b) existência de livros, indicados como bibliografia básica, em quantidade suficiente de exemplares para atendimento às demandas curriculares (1 exemplar para cada 15 alunos);			
c) disponibilidade de periódicos/revistas nacionais e estrangeiras atualizadas, como por exemplo: Revista Serviço Social e Sociedade, Cadernos ABESS, Cadernos CEBRAP, Perspectivas - SEADE, Novos Estudos - USP, Lua Nova - CEDEC, Debates Sociais - CBCISS e Cadernos de Pesquisa de Centros Universitários, SUGESTÃO: Incluir TEMPORALIS. etc;			
d) disponibilidade de informatização do acervo e do acesso a redes de informação a alunos e docentes;			
e) previsão orçamentária para atualização permanente do acervo;			
f) adequação do espaço físico e condições ambientais às atividades específicas da biblioteca e ao fluxo dos usuários.			

PONTOS FORTES E FRACOS:

2. Laboratórios, edificações, instalações físicas e equipamentos:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Satisfatório	Insatisfatório	Inexistente
a) adequação dos laboratórios à proposta curricular e condições de acesso compatíveis ao número de alunos e docentes (no mínimo um computador para cada 10 alunos e um para cada 5 professores);			
b) disponibilidade e qualidade dos equipamentos e plano de manutenção;			
c) adequação das salas de aula à quantidade prevista de alunos por turma e turno, considerando a duração do curso;			
d) adequação dos espaços físicos dos professores para atividades acadêmicas/pedagógicas e de suporte administrativo;			
e) adequação dos espaços físicos e equipamentos para atividades esportivas, culturais, de convivência e serviços;			
f) adequação do espaço físico e equipamentos ao trabalho docente nas suas diferentes atividades;			

g) adequação do "lay-out" das instalações necessárias a uma instituição de ensino, salientando ventilação, acústica, iluminação, condições sanitárias;			
h) adequação do mobiliário, equipamentos e materiais de segurança às normas técnicas previstas para o desenvolvimento de atividades educacionais;			
i) adequação e suficiência de equipamentos de reprografia, gráfica e recursos audio-visuais ao projeto pedagógico e ao número de usuários;			
j) adaptação do espaço físico às necessidades do portador de deficiências.			

PONTOS FORTES E FRACOS:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Parecer:

a) Em caso de autorização de curso

Recomendado ()

Justificar o resultado da avaliação indicando: nome do Curso, número de vagas anuais, número de turmas, número de alunos cada, turno(s), regime de matrícula (seriado anual ou seriado semestral), a ser ministrado (ou ministrado) pela (nome da IES), com sede no município (nome do município), mantida pela (nome da Mantenedora), com sede no município (nome do município), estado de (nome do estado). Nos casos de reconhecimento deverá ser informado o prazo do reconhecimento.

Não Recomendado ()

Justificar

b) Em caso de reconhecimento de curso:

Parecer:

Recomendado ()

Justificar o resultado da avaliação indicando: nome do Curso, número de vagas anuais, número de turmas, número de alunos cada,

turno(s), regime de matrícula (seriado anual ou seriado semestral), a ser ministrado (ou ministrado) pela (nome da IES), com sede no município (nome do município), mantida pela (nome da Mantendora), com sede no município (nome do município), estado de (nome do estado) . Informar o prazo do reconhecimento.

Não Recomendado ()

Justificar

PAIUB 2000 - TRAJETÓRIA DA QUALIDADE¹

Relator: Prof. Francisco de Assis Palharini

Comitê Assessor do PAIUB

APRESENTAÇÃO

O PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - é originário de uma proposta feita pela ANDIFES ao MEC em 1993 (ver Documento Básico - Proposta Nacional, 1993), mas logo em seguida subscrito pelos diferentes setores que compõem o Sistema de Ensino Superior Brasileiro. Atualmente é coordenado pela SESu, assessorado por um Comitê composto por representantes, com mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois, indicados pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação (2); Fórum de Pró-Reitores de Extensão (1); ANDIFES (1); ANUP (2); ABRUEM (1); Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (2); INEP (1); USP (1).

O Programa ganhou novas características a partir dos Decretos n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996, e n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997, e da Portaria MEC n.º 302, de 07 de abril de 1998. A partir destes dispositivos legais foi estruturado um sistema de avaliação do ensino superior, através do qual estão sendo implementados, desde 1995, outros instrumentos de avaliação da graduação, bem como modificados os da pós-graduação. São eles o Exame Nacional de Cursos, a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, as avaliações conduzidas pelas Comissões de Especialistas de Ensino da SESu, para autorizações e reconhecimento de cursos e para credenciamento e credenciamento das IES. Além destes, temos o aperfeiçoamento na avaliação dos programas de Pós-Graduação da CAPES e o Sistema Integrado de Informações Educacionais do INEP.

O que diferencia o PAIUB é sua proposta de avaliação institucional. Ele engloba as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão das IES, em todos os seus aspectos. De acordo com a organização normativa, anteriormente mencionada, ele deverá integrar, na sua metodologia, os resultados das avaliações conduzidas pelo MEC, com o objetivo de articular informações e assegurar uma visão de conjunto da

¹ Versão aperfeiçoada do documento aprovado pelo Comitê Assessor do PAIUB em 8 de novembro de 1999.

qualidade da instituição.

Para o PAIUB a avaliação institucional é um processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas à sociedade, constituindo-se em ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. Na perspectiva adotada, a avaliação apresenta-se com um caráter pedagógico e imprescindível no processo de desenvolvimento da instituição.

O respeito à identidade institucional - perfis, missões, condições, necessidades, aspirações - é outra característica do PAIUB. Sua legitimidade decorre do envolvimento e participação dos diferentes segmentos da instituição na elaboração e execução do seu **Projeto Pedagógico Institucional** e do seu correspondente **Plano de Desenvolvimento Institucional**, os quais se constituem em importante instrumento de fortalecimento da autonomia e consolidação das universidades.

Analisando a evolução e implementação do PAIUB, desde a sua institucionalização, constata-se a adesão crescente de IES, mas também a necessidade de uma maior e melhor definição da metodologia e dos procedimentos a serem utilizados, dado a diversidade hoje existente. Aqui se destacando questões relativas ao conceito de qualidade, a necessidade de referenciais institucionais, a integração dos resultados das avaliações das diferentes funções, como o ensino, pesquisa, extensão e gestão, a consolidação da avaliação do ensino de graduação, a integração entre a atividade de avaliação e o planejamento institucional, definições de prazos e a informatização dos processos. Nos recentes Encontros Regionais do PAIUB, estas questões foram objeto de análises e discussões, e foi indicada a necessidade de revisão e melhor articulação das mesmas.

Com a perspectiva de superar essas dificuldades, o Comitê Assessor decidiu proceder a uma reestruturação do PAIUB, respeitando os princípios sobre os quais o Programa se assenta (PAIUB, 1994:4,5): a aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos; o reconhecimento da legitimidade e da pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; o envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na execução e implementação de medidas para a melhoria do desempenho institucional e individual. Para isso, estamos propondo uma Matriz de Avaliação Institucional a ser seguida por todas as universidades que integram o PAIUB, sem prejuízo de suas especificidades e contribuições, além de novos requisitos para inscrição e continuidade no Programa, e, também, uma nova sistemática de acompanhamento e de regras para financiamento.

A proposta ora apresentada atende às orientações originais do Programa, assim como incorpora suas características principais de modo potencializado, isto é, o respeito à **identidade institucional**, através da adoção do **Projeto Pedagógico Institucional** e do **Plano de Desenvolvimento Institucional** como referências fundamentais; a **globalidade** ou caráter institucional da avaliação, isto é, a plenitude das relações internas e externas da universidade, com foco inicial nas Unidades (ou equivalentes) de ensino, pesquisa e extensão e gestão; a **Participação** de todos os segmentos da universidade, de modo amplo e público, mas também de modo institucionalizado; a **Comparabilidade**, através de uma sistemática que permita comparar e relacionar dimensões objetivas e subjetivas da instituição; a continuidade e sistematização.

Para efeitos da revisão pretendida, adotamos como premissa fundamental que a identidade ético-política da Universidade expressa-se, particularmente, na formação de seus alunos e naquilo que ela prioriza. Esta identidade manifesta-se através de um conjunto de valores e de atitudes que posicionam a comunidade acadêmica, como um todo, no contexto da sociedade em que está inserida. Nesta perspectiva, a Universidade assume o compromisso de desenvolver um processo de produção de conhecimento que possibilite ao sujeito atuar na sociedade, compreendendo e levando a efeito seu papel social transformador. A avaliação institucional implica, portanto, antes de mais nada, pensar a instituição como uma unidade que se constrói no inter-relacionamento de suas ações.

Assim, ao avaliar o cumprimento das diferentes funções sociais da Universidade, faz-se necessário explicitar o projeto institucional que expressa a razão de ser da instituição. Trata-se aqui de assumir a necessidade de um referencial para o processo avaliativo, o que, no âmbito do PAIUB 2000, passa a ser o respectivo **Projeto Pedagógico Institucional** e seus desdobramentos, no âmbito geral, o **Plano de Desenvolvimento Institucional** e, no âmbito setorial, os *Projetos Pedagógicos de Curso* e os *Projetos Acadêmicos Departamentais* ou de *Unidade*.

Com esse referencial, o PAIUB 2000 assume o caráter multidimensional do conceito de Qualidade, e, portanto, considera impróprio tanto reduzir a avaliação a uma análise das relações de custo e benefício, eficiência e eficácia, quanto desprezar estas variáveis, uma vez serem sinalizadoras do desempenho do projeto institucional, além do caráter de transparência que emprestam ao processo. Enfatiza, então, a perspectiva de que Quantidade e Qualidade são categorias inseparáveis, dado que não

pode existir uma sem a outra. Com essa perspectiva, compreende a **Qualidade de uma Instituição** como atributo que se manifesta em todas as faces do inter-relacionamento de suas ações, bem como nos resultados efetivos que elas produzem, quando referenciadas nos objetivos éticos, sócio-políticos e pedagógicos que a conduzem.

A fim de estabelecer uma direção e sistematização para o Processo de Avaliação, propomos que o PAIUB 2000 tenha como eixos fundamentais as **Relações com a Sociedade**, com a **Produção do Conhecimento** e as **Relações Institucionais**, analisados em função dos aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação da Universidade ou de seus setores; e, ainda, as **Estratégias de Ação Correspondentes**, isto é, o modo pelo qual está se propondo consolidar ou superar a avaliação efetuada.

Por **Relações com a Sociedade** entende-se o significado das ações da IES em relação ao contexto no qual está inserida e no qual desenvolve suas ações, sejam elas de ordem local, regional ou nacional, destacando-se:

- O papel que a Universidade desempenha, na qualidade de promotora do desenvolvimento sócio-econômico, tecnológico, artístico e cultural;
- Os esforços institucionais para tornar acessível à sociedade os conhecimentos que produz e para elevar as habilidades e competências dos que nela ingressam;
- Os valores ético-políticos e educacionais que a IES promove ou estimula (p.ex. convivência na diversidade de pensamento, solidariedade, justiça social, preservação do meio-ambiente, etc.), tanto na sua estrutura e dinâmica organizacional, quanto no cotidiano do seu fazer acadêmico e de implementação do projeto pedagógico;
- Os esforços de ação transformadora que a instituição empreende no contexto;
- A formação de profissionais que atendam às necessidades da sociedade.

Por **Produção do Conhecimento** entende-se o significado da sua produção intelectual, científica, artística e cultural, de modo a fazer avançar a construção do conhecimento e a transformação da sociedade, ressaltando-se:

- Os valores incorporados (p.ex. busca da inovação e da construção de novos conhecimentos científico-

tecnológicos, atitude crítica e reflexiva, constância na qualificação pessoal e institucional, de modo a responder às diferentes demandas sociais);

- A formação, qualificação, reconhecimento acadêmico de seu corpo docente e os recursos disponibilizados para as respectivas atividades;
- Os esforços realizados para fazer avançar o conhecimento. Impacto, expressividade e reconhecimento da sua produção, no meio científico e social;
- A formação técnico-científica que promove e referências ao conhecimento universal mais recente da área dos cursos;
- A habilitação do formando para o exercício pleno da profissão.

No processamento da avaliação, esses dois eixos serão considerados, sempre que possível, do ponto de vista do mérito, de marcadores e/ou de indicadores institucionais que expressem sua grandeza quantitativa em séries históricas, e que também sejam passíveis de comparação e acompanhamento, além de considerações sobre a sua relevância e/ou pertinência para o contexto social em que se insere e para a produção do conhecimento.

Por **Relações Institucionais** nos referimos às questões relativas à estrutura e funcionamento da IES que facilitam, dificultam e/ou impedem o desenvolvimento harmonioso de melhores relações entre a instituição e a sociedade, e com a produção do conhecimento, merecendo especial atenção:

- O desempenho dos diferentes órgãos e instâncias administrativas;
- A natureza das relações mantidas entre os diferentes setores, especialmente com os acadêmicos.

Consideramos como **Estratégias de Ação Correspondentes** as formas pelas quais a instituição propõe-se a consolidar ou superar sua ação educativa, científica e social, buscando sempre, e efetivamente, uma maior qualidade para suas ações.

A avaliação institucional será composta pelas etapas de avaliação interna, ou auto-avaliação, avaliação externa e reavaliação (no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão), bem como pela revisão do **Projeto Pedagógico Institucional** e **Plano de Desenvolvimento Institucional**, sempre que necessário. Estas etapas serão desenvolvidas atendendo à Matriz Metodológica proposta, de modo a garantir condições para

comparabilidade e acompanhamento da evolução institucional ao longo de um tempo.

Procedimentos para a Avaliação Interna.

A avaliação interna será realizada pela instituição, com a participação de todas as instâncias e segmentos da comunidade universitária, considerando as diferentes dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão, através da Matriz Metodológica ora proposta. O foco da análise serão as Unidades e/ou Faculdades, Escolas. Cada unidade interessada em participar constituirá uma comissão de avaliação. Para fins de realização do processo:

- a) A IES, ou sua Comissão Central de Avaliação, deverá fornecer às Unidades (ou equivalentes) todas as informações disponíveis sobre o desempenho institucional, além daquelas relacionadas aos seus recursos humanos, área física, fontes de financiamento, etc.
- b) A comissão de avaliação da Unidade será constituída por, no mínimo um docente, um discente e um técnico-administrativo. Na comissão de avaliação da Unidade se concentra a liderança do processo. Cabe a ela avaliar e conduzir todas as atividades realizadas no seu âmbito, redigir o Relatório de Avaliação Interna e acompanhar a avaliação externa.
- c) Atendidas as exigências estabelecidas pelo PAIUB 2000 e as estabelecidas pela Comissão Central, procedimentos adicionais poderão ser adotados.
- d) Os pareceres e relatórios elaborados pelas comissões de Unidade deverão ser discutidos com toda a Unidade. Após, serão homologados pelo respectivo colegiado e encaminhados à Comissão Central, que sobre eles emitirá parecer recomendando, ou não, a realização da avaliação externa. Espera-se que estes pareceres e a experiência de auto-avaliação proporcionada pela avaliação interna, permitam a cada Unidade aperfeiçoar o seu projeto acadêmico e pedagógico.
- e) Na perspectiva avaliadora, o parâmetro considerado é a própria Unidade em sua evolução histórica, os objetivos que ela própria traçou para si e a realização destes objetivos em suas atividades de ensino, pesquisa,

extensão e gestão, além do currículo dos cursos nela sediados.

- f) A avaliação interna e a externa deverão estar articuladas como partes de um mesmo processo, portanto, orientadas pelos mesmos princípios e propósitos, ressalvada a prerrogativa da crítica e a liberdade de julgamento dos avaliadores externos.

AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa será realizada por comissão integrada por pessoas de reconhecida experiência em educação superior, e, ainda, por pessoas com elevado reconhecimento em suas respectivas áreas de atuação. As Comissões de Avaliação Externa dividir-se-ão em comissão externa local e comissão externa geral.

- a) A Comissão de Avaliação Externa Local, por unidade, será constituída por indicados pela Comissão Central de Avaliação da IES, considerando a participação de dois pesquisadores, da área respectiva, com conceito hum no CNPq, sendo pelo menos um deles com expressivo reconhecimento na área do ensino, e um representante de órgão da sociedade civil, de reconhecida expressão social.
- b) A Comissão de Avaliação Externa Geral será constituída por indicados pelo Comitê Assessor do PAIUB 2000, considerando a participação de dois pesquisadores com renome internacional, um pesquisador indicado pela SBPC, sendo pelo menos um deles com expressivo reconhecimento na área do ensino; um representante de órgão da sociedade civil da região, de reconhecida expressão social e escolhidos pela IES a ser avaliada, além de um representante do Estado - MEC.

A avaliação externa, tanto para as Unidades acadêmicas quanto para as Universidades, será realizada a partir da análise dos resultados da avaliação interna e de visitas à instituição, resultando na elaboração de um parecer e de um conceito, com base na leitura do dossiê de dados quantitativos e do relatório analítico da avaliação interna, acrescidas das visitas às instalações e das entrevistas com professores, técnico-administrativos e alunos. Os avaliadores externos deverão emitir parecer sobre:

- *Qualidade das Atividades e Ações da Unidade/Universidade.*
- qualidade do trabalho de avaliação interna;
- pontos fortes da Unidade/Universidade que podem ser mantidos;
- pontos fracos da Unidade/Universidade que devem ser melhorados;
- recomendações e sugestões a curto e médio prazos.
- *Parâmetros de Especificidade:*
- comparabilidade interna (séries históricas de indicadores e juízos);
- visibilidade externa na relação com o conhecimento;
- necessidades da sociedade.

Aspectos Considerados	Considerações	Recomendações
Caráter analítico e crítico do Relatório de auto-avaliação.		
Destaque dos pontos fortes da Unidade ou Universidade		
Formulação objetiva dos problemas enfrentados pela Unidade ou Universidade		
Indicação de soluções consistentes e adequadas para os problemas apontados		

ROTEIRO BÁSICO DE ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO
CONCEITOS PARA AS DIMENSÕES AVALIADAS

VALORAÇÃO	CRITÉRIOS
Crítica	Problemas grandes nesta dimensão. Precisa solução imediata. É ponto fraquíssimo da Unidade ou Universidade.
Não Satisfatória	Situação não satisfatória nesta dimensão. É ponto fraco da Unidade ou Universidade.
Satisfatória	Situação satisfatória nesta dimensão, mas pode ser aperfeiçoada e melhorada de modo significativo.
Boa	Situação boa nesta dimensão, mas pode ser melhorada com pequenos ajustes.
Excelente	Situação excelente. A situação da dimensão caracteriza um dos pontos fortes da Unidade ou Universidade.

REAValiação

Esta etapa propõe a consolidação dos resultados da avaliação interna (auto-avaliação), da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, resultando na elaboração de um

relatório final, que subsidiará a revisão do **Projeto Pedagógico Institucional e Projeto de Desenvolvimento Institucional**.

O órgão responsável pela avaliação institucional da IES deverá elaborar um relatório final integrando todos os resultados da avaliação interna e externa, indicando as deficiências acadêmicas ou institucionais identificadas e propondo medidas de superação. Para fins de construção deste relatório geral, os resultados da avaliação interna e externa deverão ser discutidos com a comunidade acadêmica visando a rever e/ou aperfeiçoar seu projeto pedagógico, suas metas e a elaboração de propostas para o seu desenvolvimento. O objetivo é a melhoria da qualidade do projeto pedagógico e o desenvolvimento institucional.

Após a realização da reavaliação, o dirigente da IES deverá remeter os resultados deste processo para que o Comitê Assessor do PAIUB 2000 avalize os resultados finais e emita um parecer conclusivo, a partir dos conceitos discriminados a seguir:

CONCEITOS PARA A UNIDADE/UNIVERSIDADE

VALORAÇÃO	CRITÉRIOS
Crítica	Problemas grandes na maioria das dimensões analisadas. Soluções radicais devem ser encaminhadas de imediato, especialmente no campo do ensino, da pesquisa e da gestão. Refazer Projeto Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional.
Não Satisfatória	Problemas com soluções a curto, médio e longo prazo em várias dimensões, especialmente no campo do ensino e da pesquisa. Pode melhorar, aperfeiçoando Projeto Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional.
Satisfatória	Problemas com solução a curto prazo em algumas dimensões. Unidade ou Universidade satisfaz no conjunto de dimensões avaliadas. Pode melhorar, aperfeiçoando seu Plano de Desenvolvimento Institucional.
Bom	Unidade ou Universidade com bom nível em todas as dimensões avaliadas. Pequenas alterações no Plano de Desenvolvimento Institucional são necessárias para atingir nível de excelência.
Excelente	Excelente Unidade ou Universidade, nível de alta qualidade. Está entre as melhores do país.

O Comitê Assessor poderá, ou não, recomendar a concessão do **Padrão de Qualidade - PAIUB 2000**, de acordo com o relatório apresentado pela IES, com o parecer da Comissão de Avaliação Externa Geral. O atendimento das recomendações elaboradas pelo Comitê Assessor será considerado, sobretudo, por ocasião do processo de renovação do reconhecimento dos cursos e do credenciamento das instituições.

Requisitos para inscrição no PAIUB 2000:

As instituições interessadas em participar do **PAIUB 2000** deverão encaminhar o projeto de avaliação institucional para o Comitê Assessor PAIUB/SESu/MEC no momento que lhe for oportuno, contendo:

- dados de identificação da IES;
- cópia da resolução, ou decisão, de sua instância de deliberação máxima (Conselho Universitário ou equivalente), aprovando a realização da avaliação institucional, nos termos do **PAIUB 2000**;
- planejamento e projeto detalhado de implantação e desenvolvimento da avaliação institucional, incluindo órgão responsável e definição da inserção deste na estrutura organizacional da instituição;
- cópia de seu projeto pedagógico institucional, do plano de desenvolvimento institucional e dos respectivos atos institucionais, que os aprovaram, ou compromisso institucional de construí-los no prazo de um ano;
- ato formal de institucionalização do projeto de avaliação e da equipe executiva;
- estratégias de execução;
- cronograma de execução.

As IES já integradas ao PAIUB também deverão manifestar à SESu interesse em dar continuidade ao projeto de avaliação institucional, nos termos do **PAIUB 2000**. Para isso, devem enviar à secretaria do programa a documentação acima referida, o relatório técnico resumido das ações executadas e dos resultados alcançados e a proposta de continuidade contendo o planejamento das ações futuras.

As instituições que integrarem o **PAIUB 2000** assumem o compromisso de realizar a avaliação institucional no prazo máximo de três anos, a partir do seu ingresso.

Do Acompanhamento dos Projetos

A execução do **PAIUB 2000** será acompanhada pelo Comitê Assessor. O objetivo é identificar eventuais dificuldades ou problemas enfrentados pelas IES no desenvolvimento da avaliação institucional, a fim de propor as medidas necessárias para correção de trajetória. Sendo necessário, o Comitê Assessor poderá contar com a colaboração de consultores *ad hoc*. Esse acompanhamento será realizado de diferentes formas, a juízo do Comitê Assessor.

Do Comitê Assessor

O Comitê Assessor será redimensionado na sua composição, nas suas atribuições e condições para o exercício pleno de suas funções. Com relação às suas atribuições, deverá ser dotado de uma secretaria executiva responsável pelo acompanhamento sistemático do programa em cada IES. No que se refere à sua composição deverá incluir entre seus membros atuais:

- um representante indicado pela CAPES, entre seus consultores;
- um representante indicado pelo CNPq, entre seus consultores;
- um representante da diretoria da SBPC;
- um representante de entidade representativa dos professores, de caráter nacional;
- um representante do Conselho Nacional de Educação;
- um representante da Academia Brasileira de Ciências.

Do Financiamento

As despesas relativas ao desenvolvimento e implementação da avaliação institucional correrão por conta de cada IES ou de suas respectivas mantenedoras.

Matriz Metodológica do Processo de Avaliação Institucional

O processo de avaliação será desenvolvido obedecendo à metodologia comum a todas as áreas. No entanto, poderão ser feitas propostas de novas variáveis e indicadores que correspondam à realidade específica.

Os procedimentos e os instrumentos de avaliação respeitam a diversidade e as especificidades das instituições, mas seus resultados deverão ser sistematizados, segundo os padrões estabelecidos, de modo a garantir um mínimo de condições de comparabilidade.

A Matriz do Processo de Avaliação², apresentada a seguir, contém dimensões e variáveis básicas a serem analisadas, sem prejuízo de outras de interesse institucional. A avaliação será processada a partir da descrição detalhada das dimensões institucionais fundamentais da IES. Nesta descrição, os indicadores, marcadores ou critérios de mérito, constituem-se em elementos imprescindíveis ao suporte dos juízos e análises efetuados pela instituição ou pelas comissões externas. Além do suporte que tais dados oferecem ao processo avaliativo, deve-se destacar que eles imprimem um caráter de transparência ao processo avaliativo, possibilitando o conhecimento do desempenho institucional pela Comunidade Acadêmica e pela Sociedade. Possibilitam, ainda, de modo concomitante, que se efetuem comparações intra e interinstitucionais (com congêneres) e que se analise o desempenho institucional ao longo do tempo.

A partir da descrição da dimensão a ser avaliada e do detalhamento dos dados institucionais correspondentes (critérios de mérito, marcadores, indicadores) inicia-se o passo seguinte, ou seja, o estabelecimento de relações entre estas variáveis e os eixos centrais do processo de avaliação: **Relações com a Sociedade e Produção do conhecimento**. Trata-se aqui de atribuir significado às ações da Unidade a ser avaliada no contexto social em que se inserem e analisar sua contribuição para o avanço do conhecimento, referenciando-as, ainda, ao seu **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** e ao seu respectivo **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**.

Em **Relações Institucionais**, trata-se de analisar e atribuir valor ao modo pelo qual a instituição viabiliza essas relações, isto é, o que facilita, impede, dificulta seu melhor desenvolvimento. Em **Estratégias de Ação**, objetiva-se que a unidade alvo da avaliação especifique o modo pelo qual pretende encaminhar ações futuras a fim de garantir esforços institucionais que busquem uma melhor qualidade para suas atividades.

² A matriz metodológica ora proposta foi inicialmente construída no âmbito da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF, conforme Anteprojeto de Avaliação Institucional submetido ao Conselho Universitário, tendo recebido contribuições significativas do Comitê Assessor do PAIUB.

PAIUB 2000 - MATRIZ DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Descrição de dimensões institucionais e suas relações com	Sociedade		Produção de Conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância		Consolidação	Superação
1. Projeto Pedagógico Institucional	Referências sociais que o justificam (legislação, universo a que se destina, necessidades sociais). Referências ético-políticas. Princípios e fundamentos. Conhecimento do PPI pela sociedade. Acesso e Permanência. Diretrizes do Plano Nacional de Graduação - FORGRAD. Diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação. Outras orientações.	Juízo. Valores que estimula. Adequação às necessidades do contexto social local, regional e nacional.	Referências que o justificam. Necessidades científico-tecnológicas que se propõe atender. Referências epistemológicas e educacionais-técnicas. Participação da Comunidade acadêmica na sua formulação. Princípios e fundamentos. PFCs, currículos e relação com o PPI. Diretrizes do Plano Nacional de Graduação - FORGRAD. Diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação. Outras orientações.	Juízo. Valores que estimula. Adequação às necessidades do contexto social local, regional e nacional.	Processo através do qual foi construído ou aperfeiçoado. Conhecimento do PPI pela comunidade acadêmica. Integração com os PFCs. Esforços administrativos na sua implementação. Envolvimento dos professores e TA na sua implementação. Relação com PDI.		
2. Projeto de Desenvolvimento Institucional	Referências sociais que o justificam (legislação, universo a que se destina, necessidades sociais). Referências ético-políticas. Metas e parâmetros nacionais, estabelecidas por Fóruns de Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação e Extensão. Políticas de ensino, pesquisa e extensão e gestão. Acesso e Permanência. Expansão de vagas. Política para integração com o rede de ensino do P e 2º graus. Políticas de difusão cultural e artística. Fontes de financiamento. Conhecimento do PDI pela comunidade local e regional.	Juízo. Valores que estimula. Adequação às necessidades do contexto social local, regional e nacional.	Referências acadêmicas e pedagógicas que o justificam (legislação, universo a que se destina). Necessidades científico-tecnológicas que se propõe atender. Metas e parâmetros nacionais, estabelecidas por Fóruns de Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação e Extensão. Outras orientações de referência. Políticas de ensino, pesquisa e extensão. Metas de ensino, pesquisa e extensão. Priorizações acadêmicas. Política de concursos e distribuição de vagas docentes. Diretrizes para a qualificação do corpo docente e TA. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula. Adequação às necessidades do contexto social local, regional e nacional.	Processo através do qual foi construído ou aperfeiçoado. Conhecimento do PDI pela comunidade acadêmica. Esforços administrativos na sua implementação. Envolvimento dos professores e TA na sua implementação. Relação com PPI.		

PAIUB 2000 - MATRIZ DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Descrição de dimensões institucionais e suas relações com	Sociedade		Produção de Conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação
	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância		
3. Estrutura Organizacional - Instâncias deliberativas						
3.1. Conselhos superiores (Universitário, Ensino e Pesquisa, Curadores)	Relação com o PPI e PDI. Participação da Sociedade Civil. Deliberações de interesse da sociedade. Títulos outorgados. Diplomas reconhecidos. Outros. Pautas das reuniões.	Juízo. Valores que estimula. Relevância das deliberações. Efetividade das deliberações. Consonância com PPI e PDI.	Participação da comunidade universitária. N.º de deliberações de interesse acadêmico/Total de deliberações. Deliberações por atividades de ensino, pesquisa e extensão e gestão. Relação número de reuniões/número de deliberações acadêmicas. Pautas das reuniões.	Juízo. Valores que estimula. Relevância das deliberações. Efetividade das deliberações. Relação com PPC, PPI e PDI.	Infra estrutura. Listagem das deliberações. Quorum das reuniões. Integração dos órgãos colegiados acadêmicos e administrativos. Atribuições regimentais. Autonomia das diferentes instâncias. Informação administrativa. Processo de escolha de dirigentes e representantes.	
3.2. Conselhos de Centro						
3.3. Órgãos colegiados de unidade e curso.						
3.4. Plenárias departamentais.						
3.5. CPPD						
4. Órgãos Acadêmicos	Relação com PPI e PDI. Políticas definidas para interação com a sociedade. Projeto pedagógico de cada curso. Ações realizadas de interesse social direto. Cursos de extensão promovidos. Artigos de opinião publicados em revistas, jornais. Entrevistas e participação no rádio e TV.	Juízo. Valores que estimula. Consonância com as necessidades do contexto local e nacional.	Políticas setoriais de ensino, pesquisa e extensão. Carga Horária dedicada a PC, graduação, pesquisa, extensão e gestão. Políticas de capacitação docente. N.º de professores por titulação. IQCD. Média de idade dos professores, por titulação e área do conhecimento. N.º vagas docentes por titulação. Linhas de pesquisa e produção docente nos últimos 3 anos. Produtos gerados. Patentes. Publicações nacionais/internacionais. Consultorias. Procedimentos de avaliação dos docentes. Avaliação pelos alunos. N.º de cursos atendidos. IQCD de curso. Programas e bibliografias disciplinares. N.º disciplinas obrigatórias e optativas. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula. Efetividade das políticas. Consonância e n t r e políticas acadêmicas e n t r e docente, PPI, PPC e PPC. Expressividade e reconhecimento acadêmico. Perfil docente e sua relação com o PPC.	Aspectos privilegiados na construção do Quadro horário. Critérios para atendimento das necessidades dos diferentes órgãos. Infra-estrutura. N.º e qualificação dos TA. Informação administrativa. Integração entre os diferentes órgãos de administração acadêmica. Natureza dessas relações. Escolha dos dirigentes. Implicações da GED nas IFES. Afastamentos para capacitação inconclusos. Sistema de atendimento aos alunos. Dispensa de disciplinas. Política de distribuição dos recursos.	

PAIUB 2000 - MATRIZ DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Descrição de dimensões institucionais e suas relações com	Sociedade		Produção de Conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação
	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância		
5. Órgãos de Apoio Acadêmico.						
5.1. Bibliotecas	Políticas destes órgãos e suas relações com a sociedade. Utilização pela sociedade.	Juízo. Valores que estimula. Relação com PPI e PDI.	Políticas destes órgãos. N.º de consultas por docentes, discentes e técnico-administrativos. Resultados da avaliação dos alunos. Integração de fontes bibliográficas. N.º de livros e periódicos especializados e de referência, por área de conhecimento. N.º de acervos adquiridos nos últimos anos. Política editorial. Títulos publicados. Relação de convênios existentes. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula. Relação com PPI e PDI. Consonância com as necessidades sociais e acadêmicas. Importância dos convênios.	Integração com os diferentes órgãos acadêmicos e natureza das relações. Formas de arrecadação e recolhimento. Implicações da captação de recursos. Aplicação dos recursos arrecadados. Articulação com ensino, pesquisa e extensão. Conhecimento dos convênios pela comunidade acadêmica.	
5.2. Editoras	Horários disponíveis e N.º de consultas por pessoas da comunidade.					
5.3. Fazendas experimentais, SPA, outros, farmácia	Títulos publicados por pessoas da sociedade. População atendida/ouatendida. Atividades desenvolvidas. Recursos arrecadados.					
5.4. Assessoria de Relações Internacionais.	Avaliação dos usuários					
6. Sistemas de Comunicação	Política de marketing. Homepages. Instrumentos de Divulgação. Notícias de jornais. Catálogos, revistas. Outras formas de comunicação com a sociedade. N.º de visitas positivas/negativas. Utilização pela sociedade.	Juízo. Relação com PPI e PDI. Consonância com as necessidades sociais.	Equipamento de telefonia, fax, teleconferência. Comunicação informatizada. Sistema de comunicação com imprensa. Procedimentos de divulgação do interesse da comunidade acadêmica. Banco de dados informatizado. Existência de rede. Avaliação pelos usuários.	Juízo. Relação com PPI e PDI. Consonância com as necessidades acadêmicas.	Tempo decorrido entre recebimento informação e publicização. Dificuldades de localização e entrega. Manutenção. Acesso a informação.	
6.1. Sistema de comunicação interno.						
6.2. Sistema de Comunicação com outras instituições.						
7. Recursos Humanos	Políticas de RH, recrutamento e seleção. Plano de cargos e salários. Avaliação do atendimento pelos usuários. Integração com a comunidade.	Juízo. Valores que estimula. Relação com PPI e PDI. Convivência e respeito da comunidade local para com as pessoas da Universidade	Política de Recursos Humanos. Carreira docente e TA, avaliação, incentivos à qualificação técnica e acadêmica. Idade média dos docentes. Plano de cargos e salários. Avaliação de desempenho dos TA. Política de alocação dos TA. Política de concurso para docentes. Carga horária docente dedicada ao ensino, à pesquisa e à orientação aos pós-graduandos. Resultados da avaliação dos alunos. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula. Relação com PPI e PDI. Adequação do perfil às necessidades acadêmicas. Distribuição e alocação.	Docentes afastados para capacitação. Afastamentos inconclusos. Relação prof. / Aluno, prof. / TA, TA / aluno. Rotatividade interna. Integração e convivência dos da Comunidade Universitária. Condições das avaliações de desempenho insatisfatórias. Relações sindicais. Endogenia	
7.1. Pessoal docente.						
7.2. Pessoal Técnico-Administrativo						
7.3. Serviços terceirizados.						
7.4. Assistência Social.						
7.5. CPPTA						

PAIUB 2000 - MATRIZ DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Descrição de dimensões institucionais e suas relações com	Sociedade		Produção de Conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação
	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância		
8. Infra-estrutura 8.4. Área construída (discriminar os campi, quando mais de um) 8.5. Instalações: salas de aula, laboratórios, bibliotecas, salas de professores. 8.6. Gráficas. 8.7. Espaços culturais e de lazer. Restaurantes. 8.8. Informatização (NPD). 8.9. Manutenção (prefeitura). 8.10. Transporte. Outros.	Utilização do espaço físico e instalações pela sociedade. Conservação. Tratamento do lixo, resíduo: químico, radioativo, biológico, orgânico, inorgânico. Casa do estudante.	Juízo. Relação com o PPI, PPC e PDI. Estado de conservação. Consonância com as necessidades da sociedade.	Taxa de utilização por período. Acesso. Controle. Distribuição. Adequação do espaço e recursos técnicos. Adaptabilidade. Reversibilidade e Conservação: espaços culturais, esportivos e de lazer, gabinetes de professores, veículos. Atualização de laboratórios e bibliotecas. Avaliação dos alunos e docentes. Rede de informatização. Equipamentos. Banco de Dados. N.º de Carros. Motoristas. Atendimentos acadêmicos e administrativos realizados. Políticas para atendimento gráfico. Manutenção de equipamentos.	Juízo. Relação com o PPI, PPC e PDI. Consonância com as necessidades acadêmicas.	Manutenção. Ocupação do espaço. Natureza das relações com os diferentes órgãos acadêmicos. Segurança. Almoxarifado. Pequenos consertos. Satisfação dos usuários.	
9. Manutenção e desenvolvimento institucional 9.4. Volume por fontes de recursos (tesouro, próprios e outros) 9.5. Destinação dos recursos: pessoal docente, técnico e administrativo (ativo e inativo) investimentos, despesas de custeio. 9.6. Formas de aquisição, preservação e controle do patrimônio.	Doações. Taxas cobradas por serviços sociais. Visibilidade e compreensão do orçamento e prestação de contas pela comunidade. Bolsas de caráter social.	Juízo. Valores que estimula e relaciona. Relação com o PPI e PDI. Priorizações estabelecidas. Consonância da destinação com as necessidades verificadas.	Custo do pessoal ativo e inativo por aluno, por área de conhecimento. Recursos aplicados em bibliotecas, despesas com extensão, ensino, pesquisa e gestão. Custo com diárias e passagens. Investimentos em construções, recuperação de instalações, tecnologia, laboratórios, informatização e desenvolvimento de pessoal. Custo do serviço terceirizado. Custo de energia, elétrica, água, telefone. Valor recolhido às fundações. Custo das aquisições em comparação com mercado	Juízo. Valores que estimula. Relação com o PPI e PDI. Priorizações estabelecidas. Consonância da destinação com as necessidades.	Participação da comunidade acadêmica na construção do orçamento. Compreensão do orçamento e prestação de contas pela comunidade acadêmica. Custo por aluno, curso e unidade. Critérios de distribuição dos recursos. Dificuldades para utilização dos recursos. Unidades orçamentárias. Política para recursos prioritários.	

PAIUB 2000 - MATRIZ DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Descrição de dimensões institucionais e suas relações com	Sociedade		Produção de Conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação
	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância		
10. Graduação 10.1. Cursos oferecidos e informações gerais: início, autorização, reconhecimento. 10.2. Formas de seleção, ingresso e perfil dos alunos. Egressos. 10.3. Curso e disciplinas. 10.4. Exame Nacional de Cursos e Condições de Oferta.	Políticas de graduação N.º de alunos matriculados e inscritos, por nível socio-econômico, por curso e por turno. Origem da escola pública. Características gerais. Desempenho dos candidatos. Vagas não preenchidas por curso. Evasão. Abandono. Trancamento de disciplinas. Retenção. Diplomados. Transferidos. Reingresso. Mudança de curso de bolsas. Volume e tipos de bolsas. Conceito ENX e Condições de oferta.	Juízo. Valores que estimula e relaciona. Relação com o PPI, PPC e PDI. Relação com o setor público, setor produtivo e com o mercado de trabalho.	Políticas de ensino. Projeto pedagógico de curso. Conteúdos programáticos. Avaliação da aprendizagem. Desempenho acadêmico. Acesso, tipo de exame e desempenho. Tempo médio de integralização por curso e geral. Relação candidato/vaga. Relação matrícula/chamada. N.º e distribuição de monitorias, bolsas de iniciação científica e extensão. Resultados da avaliação dos alunos. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula e relaciona. Relação com o PPI, PPC e PDI. Articulação com pesquisa, extensão e pós-graduação.	Relações com a pós-graduação. Posição e papel dos colegiados de curso na definição de critérios e políticas. setoriais para a graduação. Atendimento aos alunos. Natureza das relações com pró-reitorias de Graduação e Departamentos. Atendimento às necessidades materiais. Implicações da GED, nas IFES.	
11. Pós-Graduação 11.1. Cursos oferecidos e informações gerais: início, autorização, reconhecimento. 11.2. Formas de seleção e ingresso. Perfil dos alunos. Egressos. 11.3. Curso e disciplinas. 11.4. Avaliação da CAPES. 11.5. Relação com agências financiadoras.	Políticas de pós-graduação. Projeto pedagógico do curso. Vagas não preenchidas por curso. Evasão. Retenção. Diplomados. Origem da escola pública. Características gerais. N.º de alunos por nível socio-econômico, por instituição de origem, por idade e por curso. Tipos de bolsas. Notícias na imprensa. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula e relaciona. Relação com o PPI e PDI. Relação com o setor público e de mercado de trabalho.	Políticas para pós-graduação. Projeto pedagógico dos cursos. Teses defendidas. Tempo médio de integralização por curso e modalidade. Tipo de prova de ingresso e desempenho acadêmico. Relação candidato/vaga. Critérios para credenciamento docente. Avaliação da CAPES e dos alunos. Diplomados alocados em IES, por tipo. Publicações discentes e docentes. Laboratórios e espaço para alunos. Acesso a recursos de informática. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula e relaciona. Relação com o PPI e PDI. Consonância com as necessidades acadêmicas e com o estágio atual de evolução do conhecimento.	Integração com a graduação. Compartilhamento dos recursos. Docentes credenciados na pós-graduação com outros cursos. Integração com outros cursos. Dificuldades para utilização dos recursos. Implicações da GED, nas IFES.	
12. Pesquisa 12.1. Docentes em Pesquisa. 12.2. Financiamento. Bolsas 12.3. Cadastro e informatização das pesquisas. 12.4. Produção científica, técnica, artística e cultural, segundo caracterização CAPES.	Política de pesquisa. Relação das linhas e projetos de pesquisa. Produtos gerados. Patentes. Referências sociais que justificam. Fontes de financiamento. Notícias na imprensa.	Juízo. Valores que estimula. Relação com o PPI e PDI. Consonância com necessidades sociais que atende.	Política de pesquisa. Projetos de pesquisa com e sem produtos gerados. Publicações nacionais e internacionais. Patentes. Bolsistas de apoio técnico, pesquisa, aperfeiçoamento, iniciação científica, pós-doutorado. Apresentações em congressos. Comparação com congêneres.	Juízo. Relação com o PPI e PDI. Relação com órgãos de fomento. Consonância com atual evolução do conhecimento.	Procedimentos e critérios para aprovação de projetos e relacionamentos. Projetos sem produtos gerados. Distorções nos regimes de trabalho. Apoio a participação em congressos. Implicações da GED.	

PAIUB 2000 - MATRIZ DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Descrição de dimensões institucionais e suas relações com	Sociedade		Produção de Conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação Consolidação
	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância	Mérito, marcadores/ Indicadores	Pertinência Relevância		
13. Extensão 13.1 Docentes envolvidos com atividades de extensão 13.2 Bolsas de extensão 13.3. Projetos de extensão.	Política de extensão. Relação com PPI e PDI. Projetos para órgãos públicos. Atividades assistenciais, prestação de serviços, Consultorias. Público-alvo atingido. Diretrizes nacionais de Extensão.	Juízo. Valores que estimula. Necessidades sociais que atende.	Política de extensão. Relação com PPI e PDI. Diretrizes nacionais de Extensão N.º de alunos e bolsas envolvidos. Projetos articulados com a pesquisa e ensino. Produtos gerados. Publicações. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula. Articulação de ensino e pós-graduação.	Acompanhamento da atividade de extensão. Procedimentos e critérios para aprovação de projetos e relatórios. Projetos sem produtos gerados. Implicações da captação de recursos e sua aplicação. Valorização da extensão. Implicações da GED.	
14. Hospitais Universitários	Recursos arrecadados. Relação com o SUS e rede de saúde local. Satisfação do usuário. N.º de consultas, cirurgias, exames realizadas por docentes médicos e médicos. Tempo de espera para consultas, exames, cirurgias. Funcionamento dos plantões, emergência, ambulatório. Atendimento primário e secundário. Atividades de prevenção realizadas. Número de leitos. Estoque de medicamentos.	Juízo. Valores que estimula. Relação com o PPI e PDI. Necessidades sociais que atende.	Conservação de instalações e equipamentos. N.º de médicos, residentes, internos, alunos de outros cursos. N.º e qualificação dos T.A. Pesquisas desenvolvidas. Níveis de complexidade do atendimento médico-cirúrgico. Atendimento terciário e quaternário. Cirurgias complexas realizadas. N.º médio de dias de internação. Comparação com congêneres.	Juízo. Valores que estimula. Relação com o PPI e PDI. Articulação de ensino, pesquisa e extensão. Consonância com estágio de evolução do conhecimento.	Natureza das relações com as áreas acadêmicas que o integram. Fluxo do atendimento. Distribuição e aplicação dos recursos. Carga horária dos docentes, médicos e paramédicos. Gerenciamento e administração. Informação das atividades.	
15. Atividades artísticas, culturais e esportivas 15.1. Museus, Cinemas, Teatros. 15.2. Orquestras, Corais, Conjuntos Musicais. 15.3. Núcleos de esporte.	N.º de apresentações ao público. Acesso da sociedade. Taxas cobradas. Público ao qual se apresenta. Participação da sociedade.	Juízo. Valores que estimula. Relação com PPI e PDI. Necessidades sociais que atende.	Produtos gerados. Prêmios obtidos. Participações. Eventos especiais de que participa. Participação da comunidade universitária.	Juízo. Valores que estimula. Relação com PPI e PDI. Articulação de ensino, pesquisa e extensão.	Aplicação dos recursos arrecadados. Natureza das relações com outros órgãos da administração universitária. Valorização pela comunidade universitária.	

ESTRUTURA INTERNA PAIUB 2000

Implantar uma Secretaria Executiva do PAIUB 2000 com as seguintes funções:

- Prover o Comitê Assessor do PAIUB com um banco de dados contendo informações atualizadas e sistematizadas sobre a natureza, evolução e abrangência do PAIUB 2000 em cada IES, sem prejuízo dos relatórios de atividades;
- Construir o banco de dados do PAIUB, incluindo informações de outros sistemas de avaliação e de organismos de avaliação nacionais e internacionais;
- Organizar e arquivar toda a documentação - atas de reunião do Comitê Assessor, relatórios, projetos, pareceres - já existente;
- Possibilitar ao Comitê Assessor condições básicas para a institucionalização de um acompanhamento sistemático do processo, além da construção, a partir de bases mais fidedignas e operacionais, de políticas de estímulo ao desenvolvimento do Programa;
- Construir um quadro comparativo das fases de evolução do processo, grau de abrangência, além do registro de im pactos e mudanças institucionais, provocadas pela Avaliação;
- Propor critérios respaldados nas informações disponíveis, para concessão e liberação de recursos financeiros, visando a apoiar a avaliação institucional nas IES;
- Oferecer apoio à sistemática de acompanhamento do Programa;
- Oferecer apoio técnico às IES na implantação e implementação do Programa.

Implantar uma linha de financiamento de estudos, pesquisas, desenvolvimento de instrumentos e *software* na área de avaliação.

RECURSOS HUMANOS:

- Secretária administrativa;
- Técnicos em avaliação institucional;
- Técnico em informática com especialização em banco de dados.

RECURSOS MATERIAIS:

- .. Espaço físico adequado às necessidades do Programa;
- .. 01-Aparelho de FAX;
- .. 01 Microcomputador Pentium III 400mhz, com 128mb de RAM, 2 HD 12GB, CD ROON, 40x OEM, Zip Drive Interno, Monitor de 17", placa de Fax Modem 56k OEM, placa de rede.
- .. Arquivos e estantes, para acomodação adequada dos relatórios.
- .. Mesas para microcomputadores e impressoras.

HOME PAGE:

- .. Atualizar a Composição do Comitê Assessor, preferencialmente docentes com experiência na condução do PAIUB;
- .. Construir *link* com todas as *homepages* das IES e das comissões de avaliação
- .. Incluir bibliografia sobre o PAIUB;
- .. Incluir uma lista de discussão tipo "*e-groups*", aberta a todas as comissões de avaliação para troca de experiências, notícias, comunicados, dúvidas, etc.;
- .. Incluir notícias sobre as atividades do Comitê; data de reuniões, pautas de discussão;
- .. Criar um canal de comunicação direta tipo "Fale Direto com o Comitê";
- .. Incluir Banco de instrumentos de avaliação
- .. Incluir o documento PAIUB 2000.